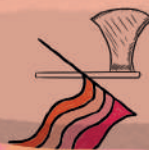
The image features a central illustration of three hands of different skin tones (dark brown, medium brown, and light beige) gripping a vertical wooden pole. The background is a vibrant, multi-colored striped pattern in shades of pink, orange, and yellow. At the top of the image, a grey paper shredder is shown cutting through a teal-colored band. The text is centered within this teal band.

**A REALIDADE DA POPULAÇÃO LGBT+
NO MEIO RURAL DO NORDESTE BRASILEIRO:
UMA PESQUISA QUANTITATIVA**



#pride





**A REALIDADE DA POPULAÇÃO LGBT+
NO MEIO RURAL DO NORDESTE BRASILEIRO:
UMA PESQUISA QUANTITATIVA**

T646r Toitio, Rafael Dias

A realidade da população LGBTQ+ no meio rural do Nordeste brasileiro: uma pesquisa quantitativa. / Rafael Dias Toitio et. al; Revisão: Rosa Sampaio; Ilustração: Júlia Alencar. Recife : Centro Sabiá / IFRN / CETRA, 2024.

73 p. : il. (Série Conhecimento)

ISBN-978-65-992530-3-4

1. Diversidade. 2. Gênero. 3. Rural. 4. Juventude
I. Barros, Gabriel Campelo. II. Batista, Elias dos Santos. III. Pires, Alexandre H. B. IV. Andrade, Romerito Campos de.

CDU 396

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| Apresentação | 6 |
| Prefácio | 7 |
| 1. Introdução | 10 |
| 2. Metodologia de pesquisa, coleta e análise de dados | 14 |
| 3. Caracterização do público-alvo de estudo | 18 |
| 4. A realidade da população rural LGBT+ no nordeste | 26 |
| 4.1. Educação | 26 |
| 4.2. Trabalho e renda | 28 |
| 4.3. Acesso a serviços básicos: água e internet | 33 |
| 4.4. Insegurança alimentar | 36 |
| 4.5. Saúde | 41 |
| 4.6. Cultura e política | 43 |
| 4.7. Religião | 46 |
| 5. Aspectos relacionados a discriminação, preconceito e vivência LGBT+ na Zona Rural Nordestina | 49 |
| 6. Considerações finais | 62 |
| Referências | 65 |
| Questionário da Pesquisa | 66 |
| Expediente | 73 |

APRESENTAÇÃO

A Série Conhecimentos apresenta os resultados do estudo A Realidade da População LGBT+ no Meio Rural do Nordeste Brasileiro: Uma Pesquisa Quantitativa. Com o objetivo de investigar as condições de vida da população rural LGBT+ da região Nordeste, o estudo utilizou um questionário estruturado no intuito de gerar indicadores sociais relacionados à renda, trabalho, escolaridade, raça/etnia, acesso à alimentação e à água, entre outras temáticas. Como veremos, os dados causam preocupação, uma vez que mostraram uma população rural LGBT+ que vive em condições sociais precárias, realidade que se agrava quando estratificados os dados da população transexual e não-binária.

A pesquisa foi realizada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus Caicó, em parceria com o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Pernambuco) e o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador/CETRA (Ceará). E trata-se de um estudo que vem suprir parte da imensa ausência de dados sobre a situação social das pessoas LGBT+ que vivem no rural, que são invisíveis às pesquisas quantitativas.

Assim, alegra-nos poder editar esta publicação, como parte da Série Conhecimentos, editada pelo Centro Sabiá. Esperamos que os dados e os resultados da pesquisa possam contribuir para a reflexão e o debate político, bem como para a elaboração de novos estudos. Agroecologia é também respeitar e abraçar a diversidade sexual e de gênero!
Boa Leitura!



PREFÁCIO

ROMPER AS CERCAS DA TERRA E O PRECONCEITO!

Quando eu tinha 13 anos, fui morar em um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no município de Santa Maria da Boa Vista, no Sertão de Pernambuco. Estava entrando na adolescência e desde muito cedo percebi que meu corpo não correspondia às expectativas tradicionais de masculinidade. Antes mesmo de fazer parte do MST, tomei consciência da minha identidade, infelizmente, devido à violência simbólica e física que enfrentei. Inicialmente, sofri uma dupla opressão: por ser negro e bicha. Ao viver no acampamento do MST, na sociedade, essa opressão se tornou tripla: negro, bicha e proveniente da roça.

A vida no acampamento me fez perceber que, apesar do sentido de coletividade e união que vivenciamos ali, as pessoas reproduziam as diversas formas de preconceito que eu havia experimentado na cidade. Entendi, portanto, que o preconceito e a discriminação estão enraizados na estrutura da nossa sociedade e que o campo não está isolado desse contexto social. Desta forma, as LGBT Sem Terra não apenas sobreviveram, mas se tornaram uma força política ativa porque aprenderam com o próprio MST a ocupar espaços e a se afirmar como agentes de transformação.

A presente pesquisa, que foi realizada com 217 pessoas LGBTQIA+ que residem no campo do Nordeste brasileiro, revela três dimensões importantes que merecem destaque e reflexão mais ampla. O primeiro aspecto é ressaltar a existência de pessoas LGBTQIA+ vivendo no contexto rural. Esta afirmação se mostra crucial devido à persistência de estereótipos e preconceitos arraigados que frequentemente associam a vida no campo ao atraso e ao conservadorismo.

Como resultado, a presença e a vivência desses indivíduos muitas vezes não são reconhecidas ou consideradas no imaginário coletivo. Assim, a pesquisa realizada é inédita e surge como um instrumento necessário para trazer à tona a realidade dessas pessoas.

O segundo aspecto é a situação enfrentada pelas pessoas trans, que estão sujeitas a um nível mais elevado de preconceito e violência, o que se assemelha com a realidade geral dessa população em contexto urbano. Esta questão é profundamente influenciada pelo fato dessas pessoas representarem uma afronta às normas patriarcais de gênero.

E o terceiro aspecto relevante é que as pessoas LGBTQIA+ pesquisadas habitam em territórios coordenados por organizações e movimentos populares. Este dado evidencia que, apesar dos avanços alcançados por meio de processos de auto-organização LGBTQIA+ em coletivos e da promoção de debates dentro das organizações, o preconceito e a discriminação ainda persistem como uma realidade palpável nesses territórios. Essa constatação ressalta a necessidade urgente de superar tais obstáculos, garantindo que esses territórios se tornem verdadeiramente inclusivos e acolhedores para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Apesar de não ser o foco da pesquisa, é importante ressaltar as discussões sobre a complexidade e as contradições que permeiam o campo brasileiro. Enquanto algumas visões promovem um modelo predatório baseado no agronegócio, nós defendemos um projeto de campo baseado na Agroecologia, que não apenas prioriza a produção de alimentos saudáveis, mas também coloca a relação entre o ser humano e a natureza como central. Nesse sentido, é necessário que possamos construir territórios que não só estejam livres da influência do agronegócio, mas também sejam espaços livres de todas as formas de preconceito e discriminação. Devemos quebrar as barreiras que nos separam, tanto as físicas, que perpetuam a desigualdade na distribuição da terra, quanto as sociais, que limitam a liberdade de viver e amar plenamente. Que no campo e na cidade as pessoas LGBTQA+ possam viver plenamente e com dignidade.

Ruth Venceremos

Pedagoga e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)





1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, foi crescente a realização de pesquisas quantitativas sobre a realidade da população LGBT+, revelando muitos dos desafios e das questões que ela enfrenta. Essas pesquisas, realizadas por universidades e institutos de pesquisa, levantaram diversas informações, que abrangeram questões econômicas e culturais até aspectos relacionados à discriminação e violência por ela vivido. No entanto, esses estudos focaram sobretudo a vivência LGBT+ no meio urbano, sendo escasso os dados relativos à parte dessa população que vive no meio rural. Nesta publicação, apresentamos os resultados da pesquisa quantitativa que realizamos com o intuito de produzir um “retrato” de um fragmento da realidade social que é praticamente invisível às pesquisas empíricas: as condições de vida da população LGBT+ do meio rural nordestino.

O levantamento de dados e as pesquisas empíricas são fundamentais para aprofundar a compreensão das complexidades da realidade brasileira, possibilitando, entre outras coisas, a verificação das condições em que vivem os agentes sociais investigados em um certo momento histórico, como permite também corroborar ou confrontar as teorias e análises já existentes. As investigações quantitativas proporcionam conhecimento e informações sobre uma situação, que pode demandar a construção de políticas públicas e ações da sociedade civil, se essa situação for de desigualdade. Mas, se ainda são insuficientes as pesquisas quantitativas sobre a população LGBT+,¹ é muito maior a ausência de dados no que se diz respeito à parcela dela que vive no meio rural. Sobre esse tema existem algumas pesquisas qualitativas, como etnografias e estudos de caso. Isso tem acarretado não apenas na dificuldade de refletir sobre a vida das pessoas LGBT+ que estão fora do espaço urbano, mas também de elaborar ações e políticas sociais voltadas para esse público em específico.

No intuito de suprir parte dessa lacuna, nosso objetivo foi investigar as condições de vida da população rural LGBT+ da região Nordeste. Assim, realizamos uma pesquisa quantitativa com a finalidade de gerar alguns indicadores sociais, como renda, trabalho, escolaridade, raça/etnia, acesso à alimentação e à água etc., além de questões relacionadas ao preconceito contra a população rural LGBT+ que vive nos nove estados nordestinos. Para tanto, o caminho percorrido envolveu a produção de um questionário estruturado, a elaboração de estratégias de sua aplicação e divulgação, bem como a produção de um site onde o questionário e as informações sobre a pesquisa ficaram disponíveis. Assim, como a obtenção das respostas era realizada principalmente pela iniciativa do próprio respondente e por meio da internet, foram fundamentais a produção de um formulário com linguagem compreensível, com pouca margem para dúvidas e a realização de iniciativas (como

¹ Não obstante o crescente número de pesquisas sobre a população LGBT+, ainda não temos pesquisas quantitativas sobre a temática realizadas pelo Governo Federal, o que daria a possibilidade de fazer uma investigação mais ampla e representativa. Durante a preparação do Censo Demográfico de 2022, houve pressão política e judicial para o IBGE incluir perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero, mas o Governo Jair Bolsonaro conseguiu manter a exclusão.

participação de entrevistas e publicações nas redes sociais) para divulgar a investigação e afirmar sua importância junto à nossa população-alvo.

A fim de conhecer mais a realidade da população rural LGBTQ+, realizamos uma pesquisa não probabilística e exploratória, utilizada quando não existem “informações detalhadas sobre o universo da análise, ou não [se] tem acesso direto à população pesquisada” (Brito, 2016, p. 47). O método de coleta de dados foi do tipo bola de neve que, a partir de um grupo inicial, outros indivíduos vão se integrando à amostra por indicação ou por outras estratégias de iniciativa da equipe de pesquisa. No nosso caso, partimos de indivíduos indicados por organizações e movimentos sociais ligados à questão rural, agroecologia, LGBTQ+, indígena, juventudes e outros. A pesquisa foi desenvolvida em parceria com duas organizações da sociedade civil (ONGs) que trabalham com agricultura familiar e agroecologia: o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Pernambuco) e o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador/CETRA (Ceará), a quem agradecemos². A contribuição de ambas as organizações foi fundamental, desde a defesa da proposta de pesquisa, passando pela elaboração do questionário, a indicação dos primeiros indivíduos que poderiam participar, o envolvimento de outras organizações e movimentos sociais até a promoção de um debate público sobre a importância da pesquisa.

O preenchimento do questionário se deu entre 8 de fevereiro e 14 de julho de 2022 e obtemos a resposta de 349 indivíduos, sendo válidas as respostas de 317 indivíduos, já que foram desconsideradas as respostas de quem vive fora da região Nordeste ou de quem se identifica como heterossexual e cisgênero. Do total considerado, 217 vivem na zona rural e 100 na zona urbana. Na presente publicação, consideramos apenas as respostas daqueles indivíduos que moravam na zona rural no momento da pesquisa e trazemos indicadores que revelam um pouco sobre a realidade concreta da população estudada.

Neste texto, optamos por apresentar os dados dividindo-os em dois grandes grupos e de acordo com a noção de diversidade de gênero, ou melhor, entre quem se encaixa ou não nessa categoria. O primeiro grupo, que é maior, é composto por gays, lésbicas, bissexuais, assexuais e pansexuais cujas identidades de gênero são as mesmas que foram designadas no nascimento. Esse grupo é denominado de cisgênero. O segundo grupo é formado por transexuais, travestis, não-binários (e outras).

No caso dos indivíduos não-binários, são pessoas cujas identidades expressam uma inconformidade de gênero, mas não necessariamente afirmam uma identidade transexual ou transgênero. No entanto, optamos por classificar o segundo grupo de transgênero, mesmo sabendo que estamos nos referindo à diversidade de gênero. Para uma melhor compreensão e para facilitar a apresentação dos dados, preferimos utilizar as categorias cisgênero e transgênero, ou simplesmente cis e trans.

² Agradecemos, em especial, ao Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá que financiou duas bolsas-estágio para a pesquisa, o que foi essencial para a realização desta.

ORIENTAÇÃO SEXUAL

ASSEXUAL

Pessoa que não sente atração sexual ou sente apenas em determinados momentos.

BISSEXUAL

Pessoa que sente atração sexual e/ou afeto por pessoas do gênero feminino e do gênero masculino.

GAY

Homem que sente atração sexual e/ou afeto por homens.

HETEROSSEXUAL

Pessoa que sente atração sexual e/ou afeto pelo gênero oposto com o qual se identifica.

LÉSBICA

Mulher que sente atração sexual e/ou afeto por mulheres.

PANSEXUAL

Pessoa que sente atração sexual e/ou afeto por pessoas de diferentes gêneros, incluindo por pessoas não binárias.

IDENTIDADE DE GÊNERO

HOMEM NÃO-TRANSEXUAL (CISGÊNERO)

Homem que se identifica com o mesmo gênero que lhe foi atribuído no nascimento.

HOMEM TRANSEXUAL

Homem que se identifica com o gênero masculino, mas no nascimento foi designado como mulher.

MULHER NÃO-TRANSEXUAL (CISGÊNERO)

Mulher que se identifica com o mesmo gênero que lhe foi atribuído no nascimento.

MULHER TRANSEXUAL

Mulher que se identifica com o gênero feminino, mas no nascimento foi designada como homem.

NÃO-BINÁRIO

Pessoa que não se identifica nem com o gênero feminino nem com o masculino.

TRAVESTI

Mulher que se identifica com o gênero feminino, mas no nascimento foi designada como homem.



A divisão pautada na diversidade de gênero permitiu revelar as nuances das desigualdades que permeiam a vivência das pessoas que vivem na zona rural e que desafiam as normas de gênero e a heterossexualidade compulsória. A hipótese que orientou essa divisão foi o fato de que as pessoas transexuais, travestis e não-binárias, por romperem mais visivelmente com as lógicas binária e biologizante de gênero tendem a sofrer mais preconceito e discriminação, o que pode influenciar negativamente em sua trajetória nos diferentes espaços sociais.³ Como ficará evidente no decorrer do artigo, essa hipótese se confirmou de forma muito contundente, uma vez que os dados mostraram que no conjunto dos índices levantados, os indivíduos trans vivem sob condições mais precárias de vida e estão mais vulneráveis à violência e à fome. Isso dentro de um quadro em que a população LGBT+ rural já revela a predominância de situações de baixa renda, de insegurança alimentar e nutricional, de dificuldades de arrumar trabalho etc., além da possibilidade constante de poder sofrer com a violência LGBTfóbica nos diferentes espaços sociais.

A seguir, tratamos da metodologia de pesquisa e das técnicas utilizadas e descrevemos, brevemente, o processo de coleta de dados e alguns desafios que enfrentamos.



³ Ver, por exemplo, estudos como Gomes (2022), Adams et. al. (2017), Tan et. al. (2020) e Benevides e Nogueira (2021).

2. METODOLOGIA DE PESQUISA, COLETA E ANÁLISE DE DADOS

No processo de fundamentação teórica da pesquisa, lançamos mão da perspectiva contemporânea das ciências humanas que compreende o gênero e a sexualidade como um fenômeno social e histórico e a população aqui designada por LGBT+ como sujeito de direitos. Essa perspectiva orientou tanto na produção da proposta de pesquisa, quanto na elaboração do questionário, que foi a principal ferramenta de investigação e de levantamento de dados. A opção foi utilizar um questionário estruturado para possibilitar, como lembra Lima, comparar as respostas fornecidas, ainda que isso represente limitar o número e as opções de resposta (Lima, 2016, p. 25). Essa ferramenta permite a produção de indicadores capazes de oferecer o perfil socioeconômico da amostra investigada, além de possibilitar a abordagem de outras questões específicas da população pesquisada.

Mais exatamente, optamos por utilizar um questionário on-line, em que o próprio participante poderia preencher suas respostas. A utilização dessa ferramenta de pesquisa, que tem sido crescentemente empregada nas ciências sociais e humanas, torna-se interessante, de acordo com Torini (2016, p. 52), no caso de recursos escassos e de dificuldades técnicas. O questionário on-line permite, assim, atingir um número maior de participantes, num contexto de poucos recursos financeiros. Ao mesmo tempo, ele deve ser simples e inteligível, para evitar que quem fosse responder tivesse alguma dúvida ou desanimasse de preencher o formulário até o fim.

A execução da pesquisa foi dividida em três fases: a primeira se dedicou à formação teórica e preparação da equipe de pesquisa, à elaboração do questionário e à produção de um site, que abrigou o questionário estruturado e as informações sobre a pesquisa; na segunda, houve a aplicação do questionário junto ao público-alvo e a formulação de estratégias para ampliar o número de participantes; e a terceira voltada para a tabulação e análise dos dados. Esse processo envolveu, sobretudo na primeira e na segunda fases, a participação do Centro Sabiá e do CETRA.

Na elaboração das perguntas e na escolha de quais categorias utilizar, havia os desafios de utilizar uma linguagem acessível e de selecionar indicadores e categorias que permitissem comparar os dados com outras pesquisas quantitativas. A necessidade de lançar mão de uma linguagem mais simples e que pudesse ser compreendida pelo máximo de pessoas foi colocada também pelas ONG's parceiras – Centro Sabiá e CETRA –, que participaram da avaliação e da testagem do formulário no processo de produção dessa ferramenta. Como se tratava de um público que vive na zona rural, havia maior probabilidade de desconhecimento dos diversos termos contemporâneos utilizados para nomear a diversidade sexual e de gênero. Outro fator que pesava para considerarmos essa questão era o fato de que os próprios indivíduos, que forneceriam os dados, fariam isso acessando e preenchendo o questionário on-line.

Havia também a possibilidade do/a participante entrar em contato com a equipe de pesquisa e responder por telefone ou pessoalmente, entretanto, a grande maioria das respostas vieram das próprias pessoas que preencheram.

Somado a isso, trabalhando com a proposta de auto identificação do público da investigação, optamos por utilizar a sigla LGBT+, que pudesse facilitar a identificação com a chamada da pesquisa sem excluir respostas alternativas. Também optamos por separar orientação sexual e identidade de gênero devido ao entendimento de que se trata de duas categorias sociais diferentes, que engendram processos de identificação distintos (ainda que articulados)⁴. Assim, na questão sobre orientação sexual no questionário, havia as opções, além de lésbica, gay e bissexual, as categorias de assexual, pansexual, heterossexual e outras. E na pergunta sobre identidade de gênero, optamos por trabalhar com: mulher não-transsexual (cisgênero), homem não-transsexual (cisgênero), mulher transexual, homem transexual, travesti, não-binário (não se identifica nem com o gênero feminino nem com o masculino, ou se identifica com elementos dos dois) e outra.⁵

No site, junto ao link do formulário, havia um glossário que dava o significado de cada uma das categorias selecionadas. No caso de pessoas que preenchessem a opção heterossexual e depois marcassem mulher ou homem cisgênero, eram direcionadas para o fim do formulário. Isso também acontecia se a pessoa informasse que morava em outro estado fora da região Nordeste. Para quem se encaixava no perfil da pesquisa e respondesse até o fim, havia uma questão subjetiva e opcional que deixava a possibilidade do indivíduo relatar “alguma situação” ou escrever “sobre sua vivência como pessoa LGBT+ que vive no meio Rural”. Alguns desses relatos serão apresentados na seção 4, no sentido de compreender melhor os dados sobre discriminação e preconceito.

A segunda fase foi o momento da pesquisa propriamente dita, que foi a divulgação e aplicação do questionário, este elaborado através da plataforma Google Forms. O questionário continha 27 seções, com 60 perguntas ao todo, investigando temáticas como o perfil sociodemográfico, estilo de vida, escolaridade e renda, bem como a incidência de abusos sofridos nos ambientes familiares, religiosos e escolares. Nesse período de coleta de dados, a equipe contou com a contribuição de ONGs, associações e movimentos do campo, que indicaram as primeiras pessoas que se encaixavam no perfil que procurávamos. Assim, a estratégia principal na aplicação do questionário foi, a partir dos contatos fornecidos sobretudo pelas organizações e movimentos sociais, conhecer e acionar as redes e grupos que articulam a população rural LGBT+.

Iniciamos com a colaboração da Rede ATER Nordeste de Agroecologia, articulação com doze ONGs atuantes em seis estados da região, estando entre elas o Centro Sabiá e o CETRA. Em consequente,

4 Essa é uma questão que é debatida há, pelo menos, três décadas nas Ciências Humanas. Por isso, citamos aqui apenas uma das referências fundamentais para pensar a relação-distinção entre gênero e sexualidade: Butler (2012) e Rubin & Butler (2003).

5 Apenas a categoria de Intersexualidade não foi incluída como uma alternativa no questionário, por ser considerada pelos pesquisadores e pelas ONG participantes uma questão pouco conhecida no meio rural. Esta resposta poderia ser informada na opção “Outra”, mas não houve nenhuma.

buscou-se movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), inclusive através do Coletivo Nacional LGBT Sem Terra, o Movimento Atingidos por Barragem (MAB), a Pastoral da Juventude Rural (PJR) e coletivos do movimento indígena; de organizações do Articulação do Semiárido (ASA) e da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); representantes de Sindicatos Rurais; representantes de instituições públicas na área de Direitos Humanos e Assistência Social, além de grupos de estudos sobre ruralidades, agroecologia e/ou gênero.

Realizamos também divulgação nas redes sociais e em rádios, sobretudo naqueles que transmitiam para a zona rural, sendo que as próprias organizações envolvidas auxiliaram na publicação da chamada da pesquisa. Nessa etapa, foi fundamental mostrar a importância da pesquisa para o público-alvo, haja vista que o ato de acessar e responder o questionário era algo totalmente voluntário. Porém, outros problemas foram enfrentados nessa fase que dificultaram a ampliação do número de entrevistados. Além de haver maior dificuldade de acesso à internet na zona rural, trata-se de uma população que, apesar de diversa, apresenta maiores índices de pobreza e analfabetismo – conforme discutiremos adiante. Assim, encontramos relatos de pessoas que não tinham contato telefônico (impossibilitando a equipe de entrar em contato) e outras que não conseguiam ler e compreender o formulário por completo. Além disso, nem sempre o reconhecimento com a sigla LGBT+ é automático, mesmo sendo indivíduos que têm práticas consideradas como parte da diversidade sexual e de gênero. Esse conjunto de questões influenciou muito a composição da nossa amostra, principalmente no que tange à faixa etária, que se constituiu majoritariamente por jovens. As juventudes, rurais ou não, têm mais acesso e facilidade ao mundo digital, ao mesmo tempo que estão mais familiarizadas com as discussões atuais sobre gênero e sexualidade.

A terceira fase foi o momento de tabulação e análise dos dados colhidos. Foram obtidas respostas da população rural LGBT+ dos nove estados do Nordeste e de indivíduos com idade entre 14 e 68 anos. Os dados foram submetidos ao programa Excel, do pacote Microsoft Office 365, utilizado para a produção das tabelas e dos gráficos. Na tabulação dos resultados, foi utilizada a metodologia de execução e revisão por pares, de modo que as respostas foram categorizadas em variáveis discretas da população LGBTQIA+ dos estados do nordeste brasileiro. Os dados estão representados de forma descritiva, por meio de frequências simples e percentuais para cada categoria de resposta.

Antes de apresentarmos os dados, cabe citar outras duas dificuldades metodológicas. Desde o início, optamos por uma pesquisa exploratória e não probabilística porque, entre muitas limitações, havia também o desconhecimento do nosso universo, a população LGBT+ que vive na zona rural do Nordeste, o que restringia o cálculo da amostra e a possibilidade de saber em que medida nossa amostragem é representativa. Vale ressaltar que se há poucas estimativas sobre o tamanho da população LGBT+ que vive no Brasil⁶, esse dado é inexistente para a parte dela que vive no rural nordestino.

⁶ Um exemplo é a estimativa da Pesquisa Nacional de Saúde, realizada pelo IBGE, que mostrou que 1,8% da população adulta (maior de 18 anos) se declararam, em 2019, homossexuais e bissexuais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33785-em-pesquisa-inedita-do-ibge-2-9-milhoes-de-adultos-se-declararam-homossexuais-ou-bissexuais-em-2019#:~:ext=Em%20pesquisa%20in%C3%A9dita%20do%20IBGE,homossexuais%20ou%20bissexuais%20em%202019>. Acesso em ago. 2023.

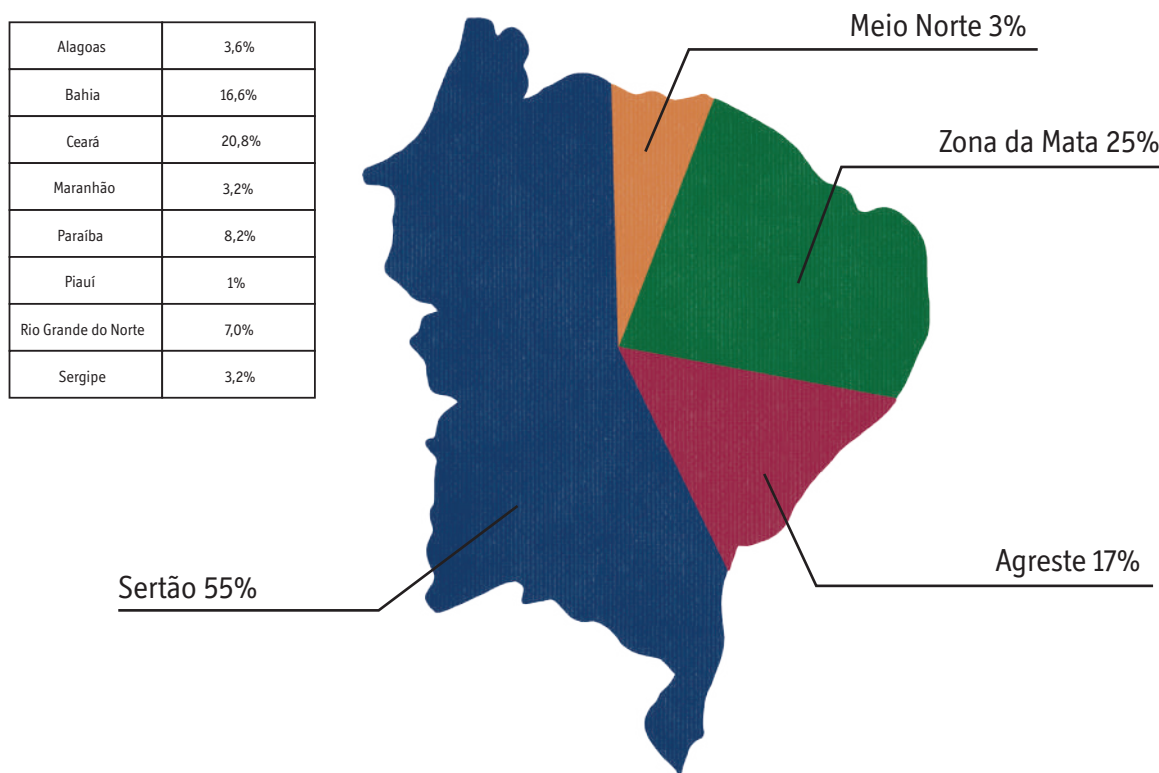
Por último, a respeito da elaboração das perguntas feitas, pelo menos uma questão ficou comprometida pelo fato de a equipe ser composta somente por pessoas cisgênero. Foi perguntado se o indivíduo já havia “se assumido” para a sua família como uma pessoa LGBT+. Enquanto entre as pessoas cisgêneros, 57% afirmaram que toda a sua família sabe, 26,1% que apenas uma parte e 17% não sabe; entre as pessoas trans, 80,8% afirmaram que toda a família sabe, 11,5% que somente uma parte sabe e 7,7% suas famílias não sabem. Hoje, e sobretudo após esse resultado, consideramos que essa pergunta deve ser repensada, uma vez que faz menos sentido para as pessoas transexuais e não-binárias ideias como “sair do armário” ou “assumir-se” publicamente. Muitas vezes, viver sua identidade de gênero em segredo, seja diante da família ou da comunidade, não é uma opção. Ao mesmo tempo, esse resultado pode levar ao erro de interpretação de que as famílias aceitariam mais os entes que rompem com a identidade de gênero ganhada no nascimento, do que os que rompem com a heterossexualidade. E isso não é verdade, principalmente se observarmos os dados sobre violência familiar, como será mostrado mais à frente.



3. CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO DO ESTUDO

Nessa seção, apresentamos alguns indicadores mais gerais sobre o público que compõe a amostra, tais como orientação sexual, identidade de gênero, estado e região onde vive, raça autodeclarada e idade. A pesquisa obteve dados de indivíduos LGBTQ+ que vivem no rural das quatro sub-regiões do Nordeste, com destaque para o Sertão, de onde pertence mais da metade dos respondentes (54,8%), seguido por Zona da Mata (25%), Agreste (17%) e Meio Norte (3,2%). Cabe apontar que o Nordeste é a região que reúne o maior número de estabelecimentos de agricultura familiar, abrangendo mais da metade desse tipo propriedades de todo o país, segundo o Censo Agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). O maior número de respostas veio de Pernambuco, Ceará e Bahia, que são os estados mais populosos, conforme observamos no Gráfico 1.

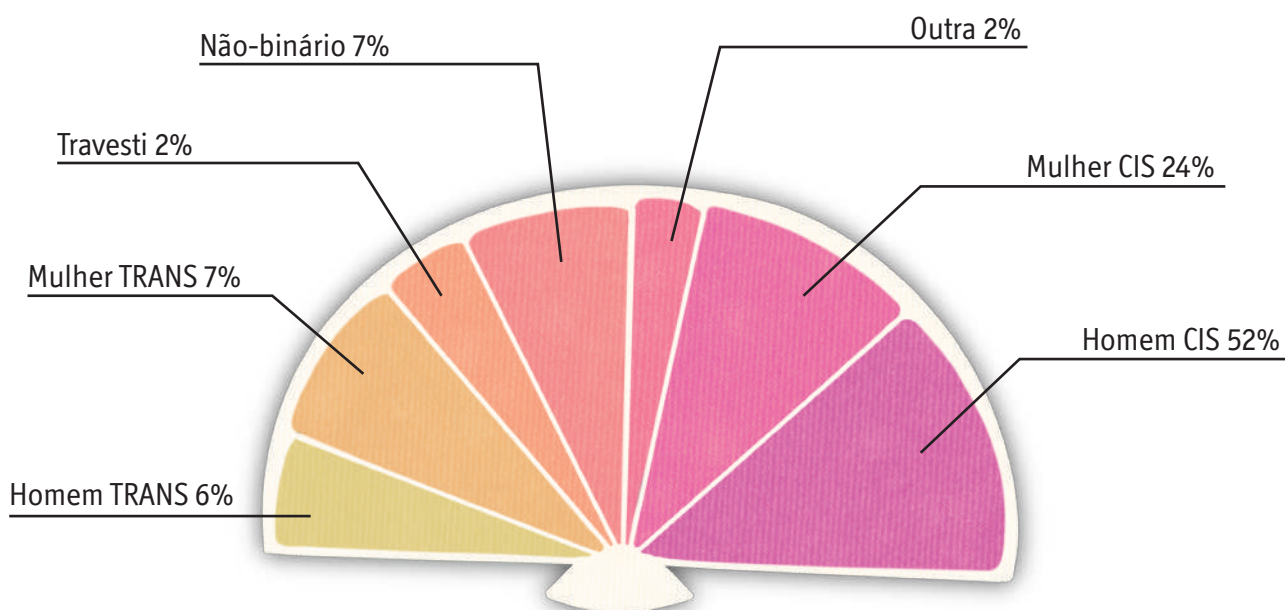
Gráfico 1 – Sub-regiões do Nordeste onde vivem os participantes



Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito à identidade de gênero, 76% dos participantes são pessoas cisgêneras, enquanto 24% são pessoas transexuais e não binárias. Entre as pessoas cis, 52% são homens e 24% são mulheres. Enquanto isso, as pessoas trans estão divididas da seguinte forma: 7% são mulheres transexuais, 6% homens transexuais, 7,3% não-binárias, 2,3% travestis e 1,4% outros.

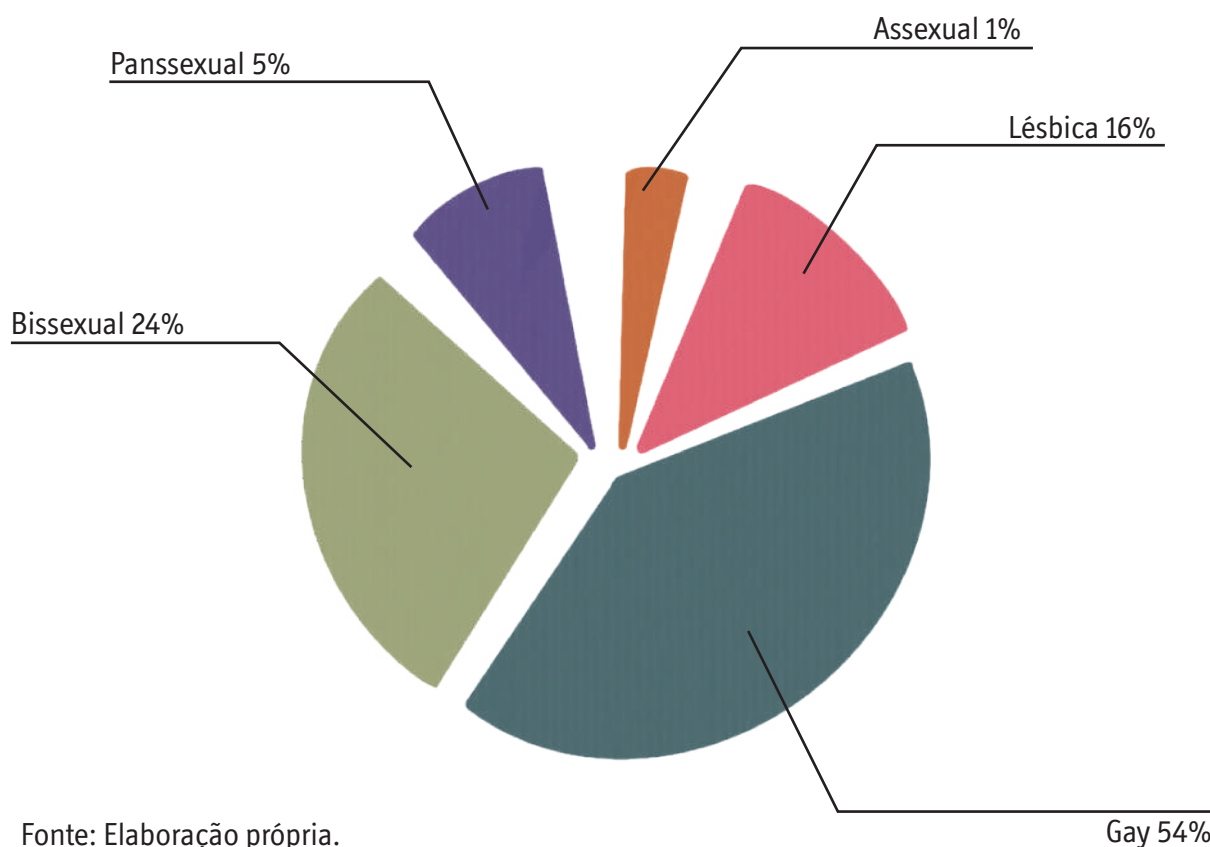
Gráfico 2 – Identidade de gênero autodeclarada



Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito à orientação sexual somente dos indivíduos cisgêneros, mais da metade desse grupo é composta por gays (53,9%), seguido por bissexuais (24,2%), lésbicas (16,4%), pansexuais (4,8%) e assexuais (0,6%).

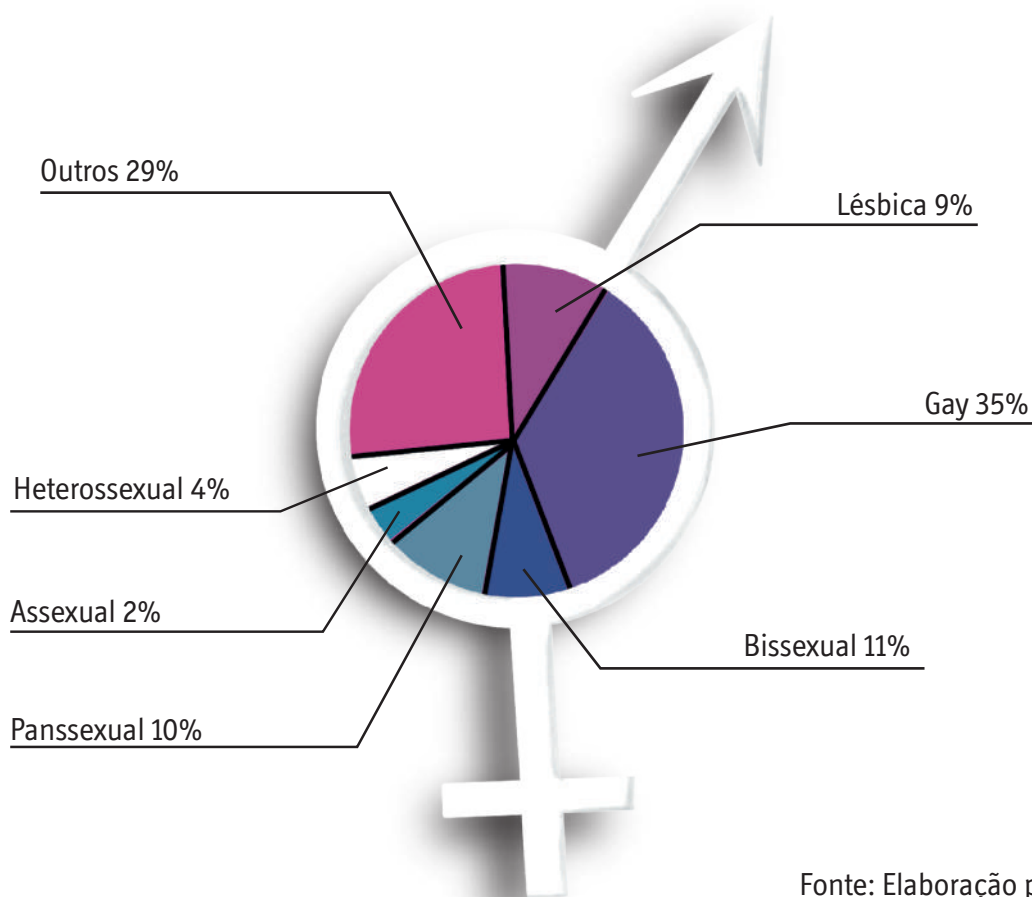
Gráfico 3 – Orientação sexual declarada pelos indivíduos cis



Fonte: Elaboração própria.

Já a orientação sexual apenas dos indivíduos transexuais e não-binários, 34,6% declararam-se gays, 28,8% escolheram a opção outra (provavelmente, por não se identificarem com as categorias disponíveis), 11,5% são panssexuais, 9,6% lésbicas, 9,6% bissexuais, 3,8% heterossexuais e 1,9% assexuais.

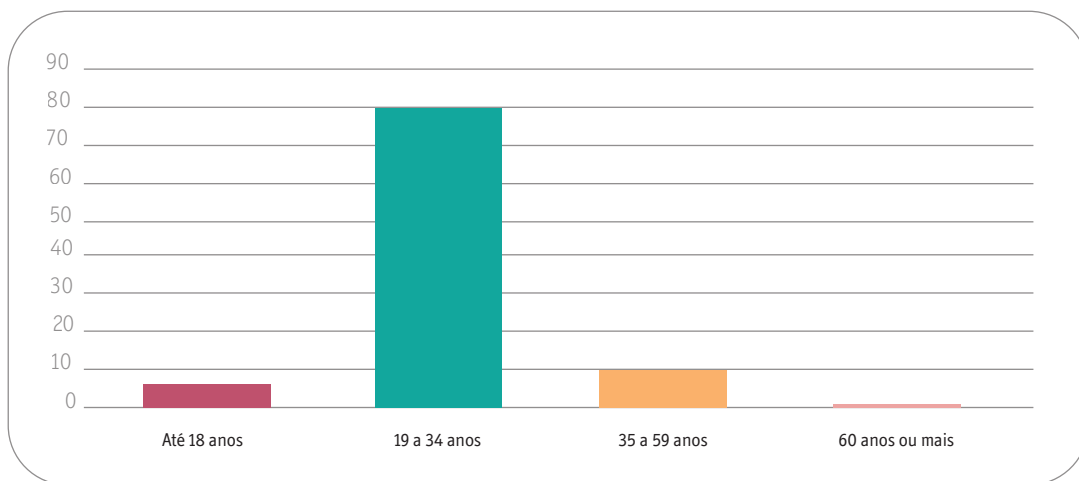
Gráfico 4 – Orientação sexual declarada pelos indivíduos trans



Fonte: Elaboração própria.

Em relação à faixa etária, há a presença significativamente maior de jovens adultos entre 19 e 34 anos, que representaram 79,2% da amostra. Para essa composição, é importante apontar que concorreu o fato dessa faixa etária ser predominante por justamente ter mais acesso à internet e mais conhecimento em operar tecnologia digital. Além disso, possuem mais familiaridade com as categorias contemporâneas que denominam a diversidade sexual e de gênero, o que aumenta a probabilidade de se identificarem com os termos utilizados na pesquisa. Considerando apenas os indivíduos cisgêneros, as faixas etárias ficaram distribuídas da seguinte forma: 80,6% de indivíduos na faixa entre 19 e 34 anos, 11,5% na faixa entre 35 e 59 anos, 7,3% com até 18 anos e um pequeno número com mais de 60 anos (0,6%).

Gráfico 5 – Idade dos indivíduos cis



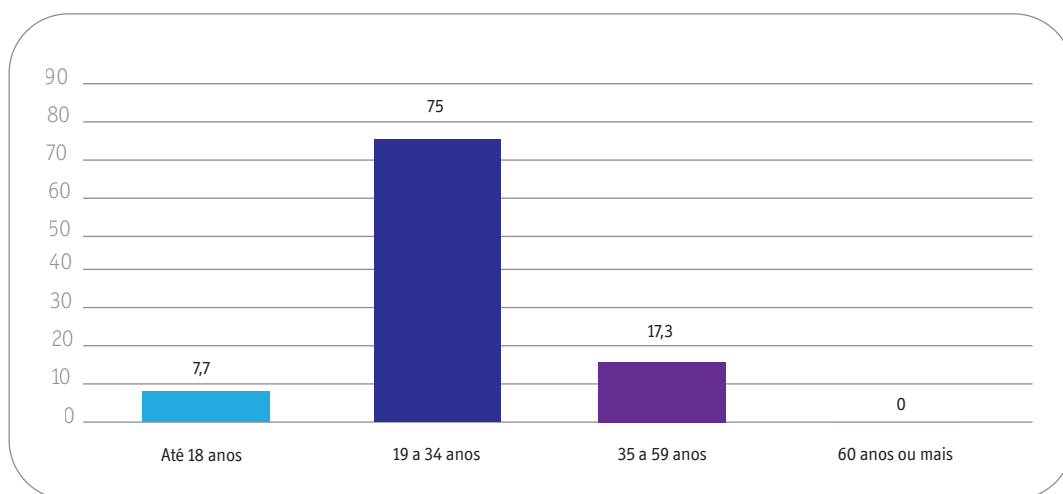
Fonte: Elaboração própria.

Já entre as pessoas transgêneros, há uma pequena modificação quanto à configuração das faixas etárias, mas com a presença maior de indivíduos também entre 19 e 34 anos, com 75%. As demais faixas ficaram assim: 17,3% de indivíduos entre 35 e 59 anos, 7,7% de até 18 anos e ninguém acima de 60 anos. Essa ausência na última faixa etária pode ter relação com o fato de que a identidade de não-binário é um fenômeno bastante contemporâneo sendo muito mais comum a identificação entre as pessoas mais jovens. E, também, é preciso considerar que as pessoas transexuais têm uma expectativa de vida (muito) menor que as pessoas cisgêneros. Alguns estudos apontam que a média da expectativa de vida, sobretudo para travestis e mulheres transexuais, pode ser aproximadamente a metade da expectativa da população em geral, que atualmente é de 77 anos, de acordo com o Censo de 2022⁷. Embora não tenha um número exato, os estudos existentes apontam como as pessoas trans estão mais vulneráveis à violência, assassinatos ou mesmo à fome.⁸

⁷ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques.html?destaque=35600>. Acesso em set. 2023.

⁸ Sobre a baixa expectativa de vida de transexuais e travestis, ver Antunes (2010). E sobre a questão violência e vulnerabilidade social da população trans, ver Benevides & Correia (2021) e Gomes (2022).

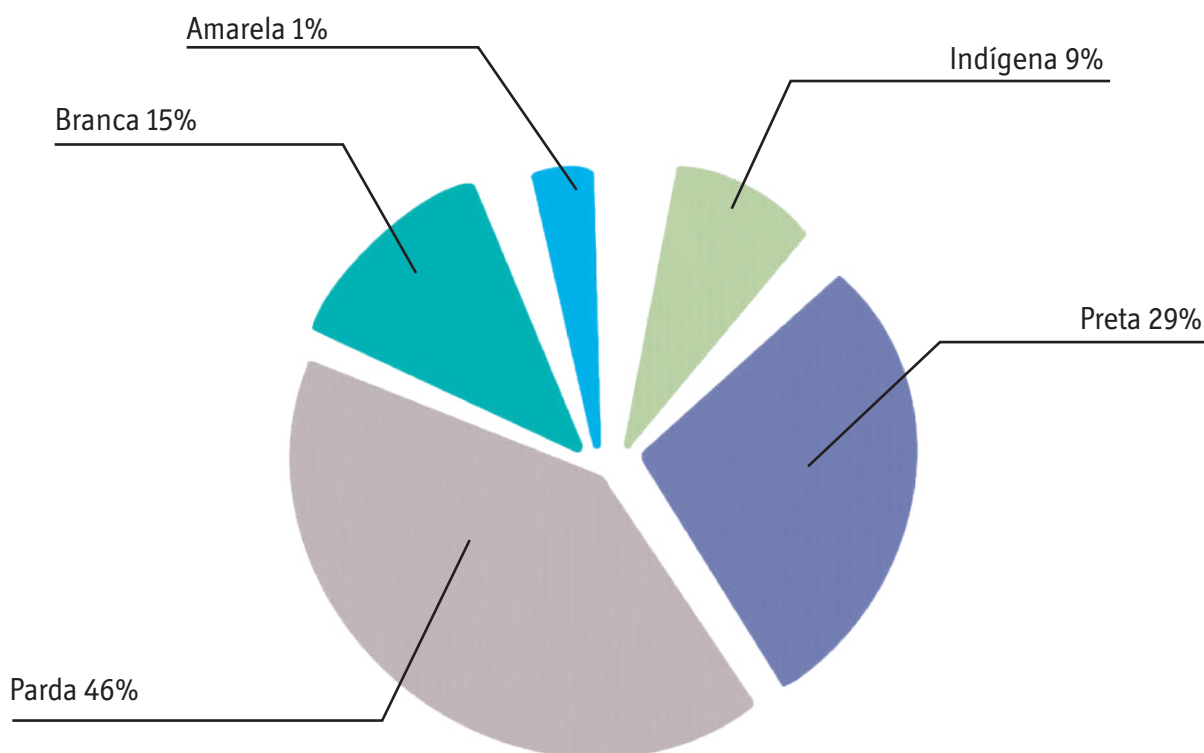
Gráfico 6 – Idade dos indivíduos trans



Fonte: Elaboração própria.

No que tange à cor/raça autodeclarada, há uma predominância de pessoas pardas. Entre as pessoas cisgêneros, 46,1% são pardas e 29,1% são pretas, o que significa que 75,1% são negras; seguidas por brancas (14,5%), indígenas (9,1%) e amarela (1,2%).

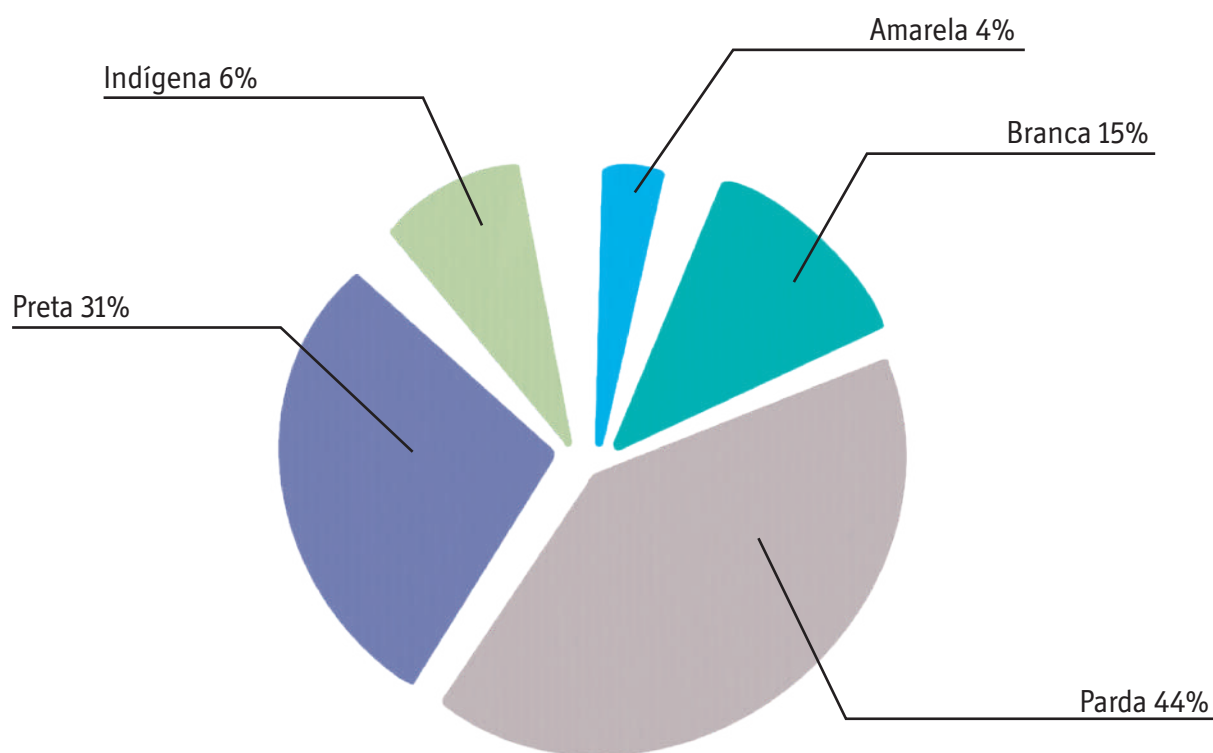
Gráfico 7 – Raça autodeclarada (cis)



Fonte: Elaboração própria.

Entre as pessoas transexuais e não-binárias, a porcentagem de negras é a mesma, sendo que 44,2% são pardas e 30,8% são pretas. E o restante é constituído por 15,4% de brancas, 5,8% indígenas e 3,8% amarelas.

Gráfico 7 – Raça autodeclarada (trans)



Fonte: Elaboração própria.

No que se refere ao estado civil, há a presença de uma maioria de indivíduos solteiros. Entre os cisgêneros, 86,7% são solteiros, 8,5% vivem em união estável, 3,6% de casados e 1,2% separados. A ampla maioria não tem filhos (95,2%). Já entre as pessoas transgêneros, há menos solteiras (80,8%), uma porcentagem um pouco maior de casadas (9,6%) e de separadas (3,8%) e menor de união estável (5,8%). E a ampla maioria desse grupo também não tem filho/a, com 96,2% dos indivíduos.

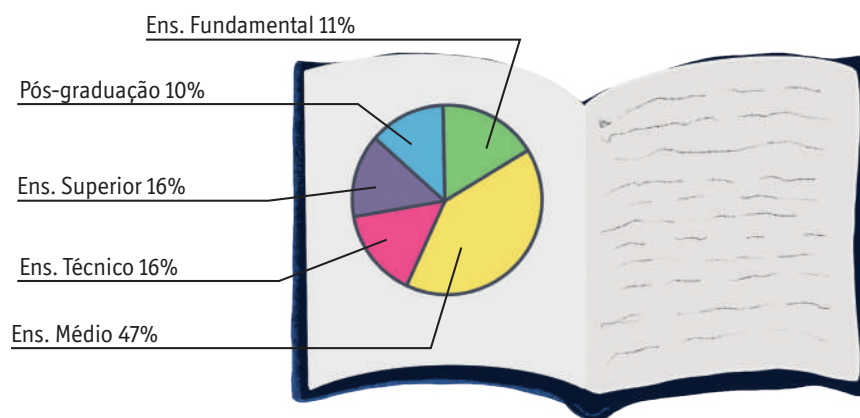
4. A REALIDADE DA POPULAÇÃO RURAL LGBT+ NO NORDESTE

Nessa seção, aprofundamos os dados da pesquisa com foco nos indicadores propostos no início do estudo. Desse modo, apresentamos os resultados relativos ao acesso da população rural LGBT+ do nordeste brasileiro no que tange à educação, trabalho e renda, insegurança alimentar, saúde, acesso à serviços básicos como água e internet, cultura e participação política.

4.1. EDUCAÇÃO

É importante apontar para o fato de que a idade média da amostra atingida acabou influenciando bastante os indicadores relativos às questões socioeconômicas, como a ocupação e a escolaridade dos indivíduos. Sobretudo entre as pessoas cisgêneros, em que a ocupação principal que mais apareceu foi a de estudante e parte importante estava matriculada em alguma instituição de ensino: 53,9% das pessoas cis estavam matriculados e 46,2% das pessoas trans. No que se refere à escolaridade, entre as pessoas cisgêneros, 46,7% têm Ensino Médio completo, 15,8% têm Ensino Superior completo, outros 15,8% possuem Ensino Técnico, 11,5% têm o Ensino Fundamental completo, 9,7% possuem Pós-graduação e 0,5% não estudaram.

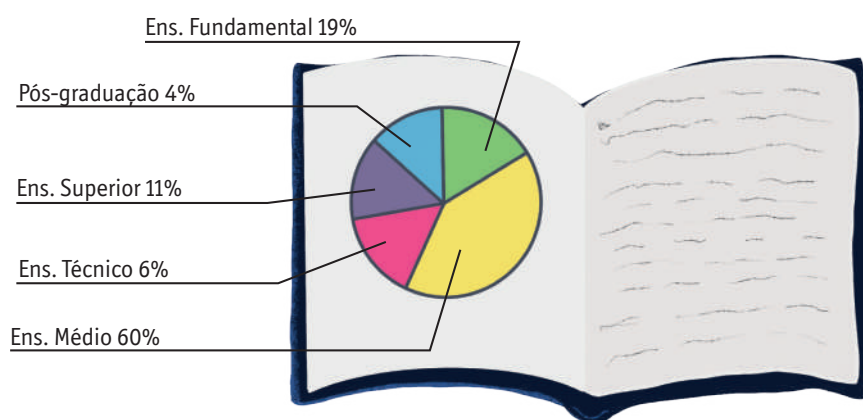
Gráfico 9 – Escolaridade cis



Fonte: Elaboração própria.

Entre as pessoas transexuais e não-binárias, há uma presença maior de quem tem Ensino Médio completo (59,6%) e Ensino Fundamental completo (19,2%). E um índice menor de indivíduos com Ensino Superior (11,5%), Ensino Técnico (5,8%) e Pós-graduação (3,8%). É importante ressaltar que as pessoas cisgêneros apresentaram maior índice de escolaridade. Enquanto nesse grupo 25,5% possuem Ensino Superior ou Pós-graduação, esse percentual diminui para 15,3% entre as pessoas transgêneros.

Gráfico 10 – Escolaridade trans



Fonte: Elaboração própria.

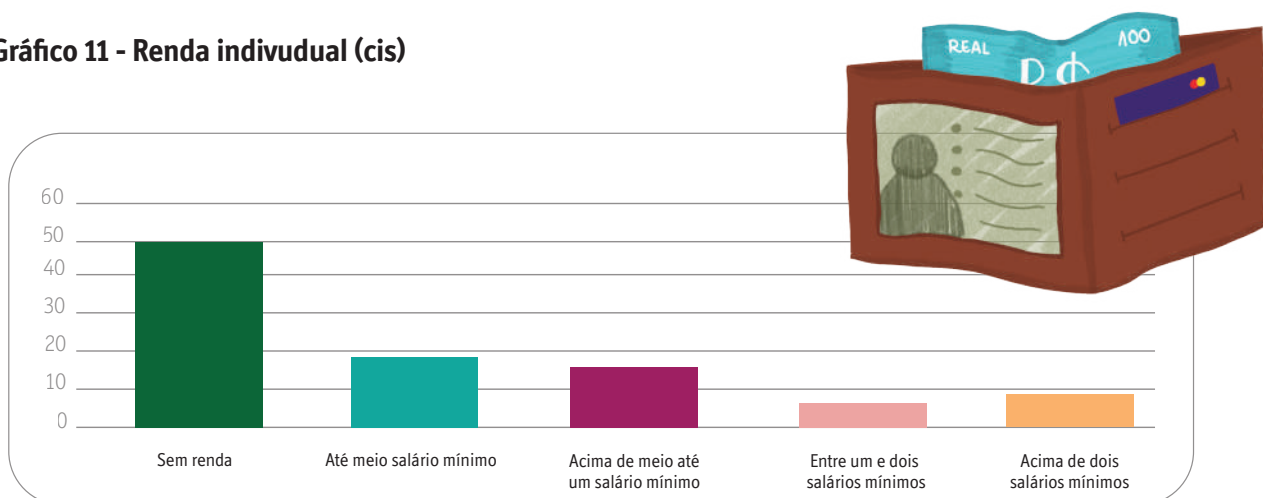
É importante evidenciar que a utilização do questionário online como instrumento de coleta de dados gerou alguns vieses. Além da idade média, a escolaridade e a ocupação da amostra também foram influenciadas por essa questão. Se considerarmos por exemplo a questão do analfabetismo, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua: Educação 2022, a taxa de analfabetismo era de 11,7% no Nordeste, região que abriga 55% das pessoas analfabetas do país⁹. Ao mesmo tempo, em nossa amostra, 95% dos indivíduos tinham até 59 anos e pelo menos o Ensino Fundamental completo. Essa questão torna os dados a seguir (sobre renda, trabalho, segurança alimentar, acesso à internet etc.) ainda mais preocupantes porque não conseguimos atingir as pessoas LGBT+ idosas nem analfabetas ou com pouca escolaridade, que tendem a possuir condições de vida mais precárias.

⁹ Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em agosto de 2023

4.2. TRABALHO E RENDA

No momento da pesquisa, apenas 38,2% dos indivíduos cisgêneros exerciam alguma atividade remunerada, contra 61,8% que não exerciam. Já em relação às pessoas transexuais e não-binárias a desocupação cresce: somente 26,9% exerce atividade remunerada contra 73,1% que não exerce. A alta desocupação entre os participantes reflete na renda, que é muito baixa ou inexistente para a maioria. Entre as pessoas cis, 50,3% não tinham renda, 18,8% possuíam renda individual mensal de até meio salário mínimo e 15,8% entre meio e um salário mínimo. Apenas 15,2% tinham renda acima de um salário mínimo, sendo 7,3% com renda entre um e dois salários mínimos e 7,9% acima de dois.

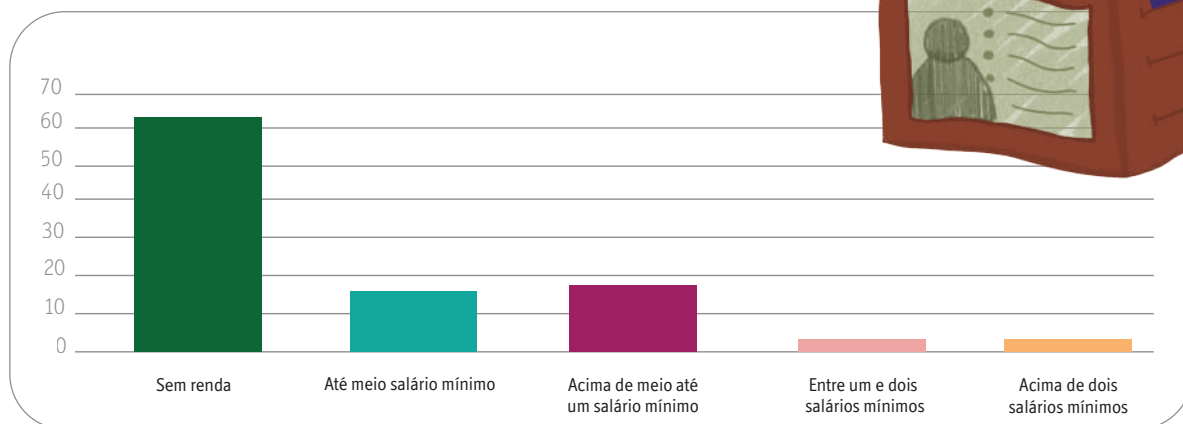
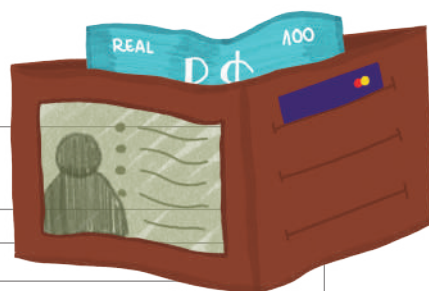
Gráfico 11 - Renda individual (cis)



Fonte: Elaboração própria.

Entre as pessoas transgêneros, os dados sobre renda revelam uma situação ainda mais preocupante: quem não tem renda salta para 63,5%, enquanto 15,4% possuem renda até meio salário mínimo e 17,3% entre meio e um salário mínimo. E diminui significativamente as pessoas com renda entre um e dois salários mínimos (1,9%) e acima de dois (1,9%), sendo que 3,8% das pessoas transgêneros ganham acima de um salário mínimo.

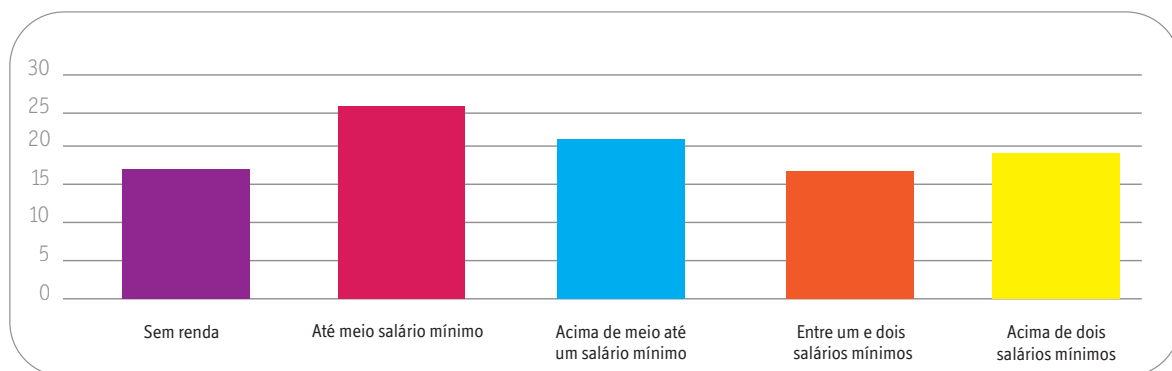
Gráfico 12 - Renda individual (trans)



Fonte: Elaboração própria.

Já no tocante à renda da família, a situação econômica é só um pouco melhor e a diferença entre os dois grupos, com prejuízo a transexuais e não-binários, persiste. Entre as famílias dos participantes cis, 17% estavam sem renda, 47,3% possuíam renda de até um salário mínimo e 35,8% acima de um salário mínimo.

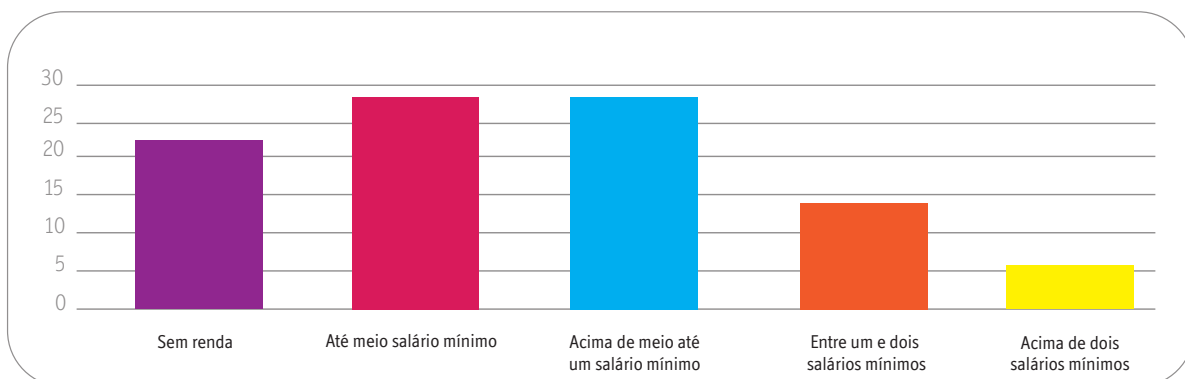
Gráfico 13 - Renda familiar (cis)



Fonte: Elaboração própria.

Nas famílias das pessoas transgêneros, 23,1% estavam sem renda, 57,6% tinham renda de até um salário mínimo e 19,3% acima de um salário mínimo. Se consideramos apenas quem ganha acima de dois salários mínimos, são apenas 5,8% das famílias (entre as famílias das pessoas cis, esse índice sobe para 18,8%).

Gráfico 14 – Renda familiar (trans)



Fonte: Elaboração própria.

Enquanto a ocupação principal que mais apareceu entre as pessoas cisgêneros, 32,1% desse grupo, foi a categoria de estudante, entre os transgêneros a ocupação principal mais apontada foi a de agricultor/a, com 30,8%. A segunda ocupação principal mais escolhida se inverte: 22,4% dos cisgêneros são agricultores e 21,2% dos transgêneros são estudantes. Entre as pessoas cis, as outras profissões que mais aparecem são: funcionário/a público/a (14,5%), assalariado/a com registro (6,7%) e sem registro (5,5%), diarista (3%) e estagiário/a ou aprendiz (3%).

Tabela 1 - Ocupação principal (cis)

| | |
|-----------------------------------|---------------------------------|
| Agricultor/a - 22,4% | Diarista - 3% |
| Assalariado/a com registro - 6,7% | Estudante - 32,1% |
| Assalariado/a sem registro - 5,5% | Estagiário/a, aprendiz - 3% |
| Comerciante - 1,8% | Funcionário/a público/a - 14,5% |
| Empresário/a - 1,2% | Trabalhador/a do sexo - 1,2% |
| | Outros - 8,5% |

Fonte: Elaboração própria.

Entre as pessoas transexuais e não-binárias, depois de agricultor e estudante, as ocupações que mais apareceram foram: estagiário/a ou aprendiz (7,7%), funcionário público (5,8%) e diarista (5,8%). Comparando com as pessoas cis, há uma presença menor de assalariados com registro (1,9%) e sem registro (3,8%); e aumenta o índice de comerciantes e empresários para 3,8%, cada um. Contudo, não se verificou o tipo de comércio ou de empresa nem o tamanho, não sendo incomum no país a existência de microempresas em que o empresário é um patrão de si mesmo. E, se considerarmos a renda e os outros índices econômicos declarados, trata-se de uma hipótese bastante plausível.

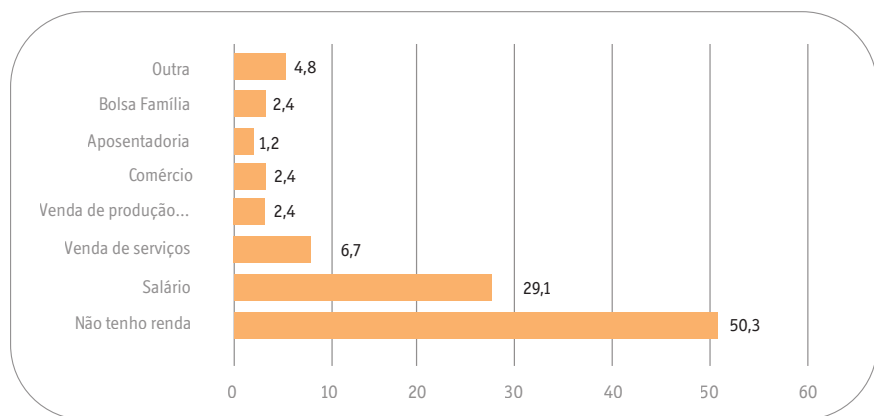
Tabela 2 - Ocupação principal (trans)

| | |
|-----------------------------------|--------------------------------|
| Agricultor/a - 30,8% | Diarista - 5,8% |
| Assalariado/a com registro - 1,9% | Estudante - 21,2% |
| Assalariado/a sem registro - 3,8% | Estagiário/a, aprendiz - 7,7% |
| Comerciante - 3,8% | Funcionário/a público/a - 5,8% |
| Empresário/a - 3,8% | Trabalhador/a do sexo - 1,9% |
| | Outros - 13,5% |

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de cerca de um quarto da amostra ser constituído por agricultores/as, apenas 1,9% dos indivíduos têm na venda de produção agropecuária a principal origem de sua renda. Entre as pessoas cis que declararam ter renda (49,7%), a origem desta vinha para 29,1% do salário, 6,7% da venda de serviços, 2,4% da venda de produção agropecuária e esse mesmo índice aparece para quem declarou que vem do comércio e do programa Bolsa Família.

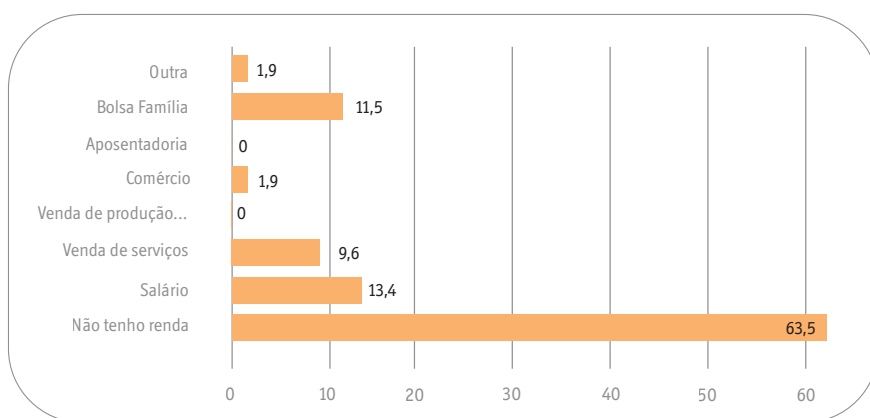
Gráfico 15 – Origem da renda individual (cis)



Fonte: Elaboração própria.

Para as pessoas transexuais e não-binárias que tem renda (36,5%), a origem dessa renda vem para 13,5% do salário, 11,5% do programa Bolsa Família, 9,6% da venda de serviços, 1,9% do comércio (e 1,9% não responderam). Em relação aos indivíduos cis, há uma porcentagem bem menor de assalariados e um índice quase cinco vezes maior de beneficiários do Bolsa Família entre os transgêneros. E nesse grupo ninguém declarou ter a origem de sua renda na venda de produção agropecuária, ainda que quase um terço tenha se declarado agricultor/a. E nesse grupo ninguém tem aposentadoria, o que reforça a hipótese de que a população trans tem uma expectativa de vida muito menor que a média nacional.

Gráfico 16 - Origem da renda individual (trans)



Fonte: Elaboração própria.

Outro dado importante é sobre as pessoas cis que têm como ocupação principal a agricultura (22,4%), em relação à amostra geral apenas 4,8% a propriedade rural é própria, 13,3% a terra pertence à mãe e/ou ao pai e 4,2% é assentada. Entre as pessoas transgêneros os dados não são muito diferentes: 30,8% têm como ocupação principal a agricultura, sendo que 3,8% trabalham em propriedade própria, 17,5% na terra do pai e/ou da mãe, 3,8% em assentamento e 3,8% em terra arrendada.

Em relação ao acesso às políticas voltadas para o desenvolvimento rural, somente entre as pessoas cis que se declaram agricultores e agricultoras, 48,6% já acessaram a alguma política pública (ou 8,3% da amostra geral); e das pessoas transgêneros agricultoras 31,2% já acessaram (ou 2,3% da amostra geral). Se pegarmos amostra total de LGBTI+ que vivem na zona rural, enquanto 89,3% nunca acessaram, apenas 6,5% acessaram mais de uma política (ver na tabela abaixo), 2,8% foram contemplados pelo Programa de Cisternas e 0,5% acessaram ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Tabela 4 – Política de Desenvolvimento Rural acessada pelos indivíduos LGBT+

| | |
|---------------------|---------|
| Nenhuma | - 89,3% |
| Assistência técnica | - 0,9% |
| Cisterna | - 2,8% |
| Pronaf | - 0,5% |
| Mais de uma | - 6,5% |

Fonte: Elaboração própria.

Assim, se 22,4% das pessoas cis têm como ocupação principal a agricultura, quase metade delas já acessou alguma política de desenvolvimento rural. Enquanto cerca de 30% das pessoas trans têm como ocupação principal a agricultura, apenas 31,2% desse grupo já acessou alguma política de desenvolvimento rural e ninguém declarou ter como renda principal a venda da produção agrícola.

Vale apontar que não encontramos nenhum erro no questionário que pudesse comprometer e enviesar a resposta sobre a fonte da renda individual. Algumas hipóteses que podem explicar esse número são: maiores dificuldades para os indivíduos trans conseguirem se manter no trabalho agrícola, devido ao preconceito em sua comunidade ou mesmo pelo pouco acesso às políticas voltadas à produção; além disso, há a possibilidade da atividade de produção agrícola ser mais voltada para o autoconsumo familiar.

4.3. ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS: ÁGUA E INTERNET

No intuito de levantarmos outros indicadores que possibilitassem evidenciar melhor o perfil socioeconômico, também foram feitas questões relacionadas ao acesso à água, à alimentação e à internet. No que tange à última, apesar de a grande maioria dos participantes ter uma renda baixa ou nenhuma, a pesquisa atingiu uma parte da população rural que possui acesso à internet no dia a dia, principalmente entre os indivíduos cis: 87,3% acessam principalmente em casa, 9,1% em outros lugares e 3,6% não acessa cotidianamente. E o meio mais utilizado para o acesso é o celular, com 94,5% das respostas, 4,8% pelo computador e 0,6% por outro meio.

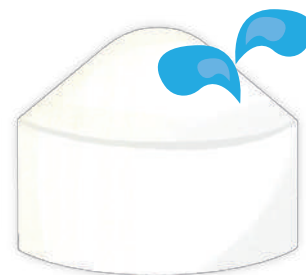
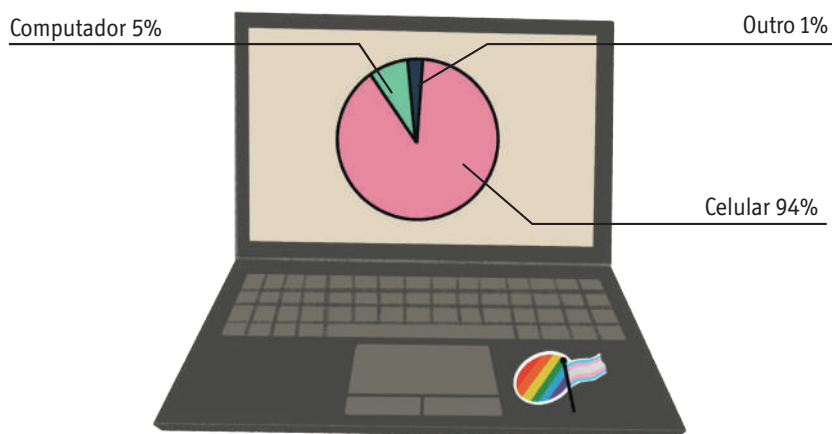


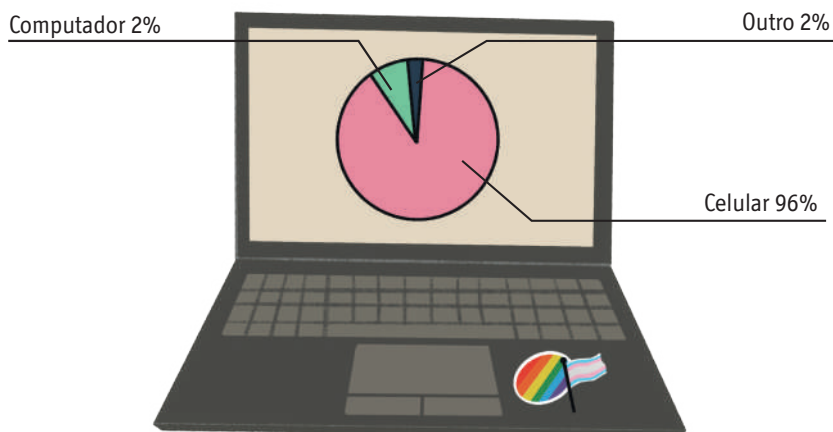
Gráfico 17 – Principal tecnologia usada para acessar à internet (cis)



Fonte: Elaboração própria.

Já entre os indivíduos trans o acesso à internet é menor: 13,5% não acessam, enquanto 63,5% acessam em casa e 23,1% em outro lugar. A tecnologia utilizada (por quem faz uso da internet no cotidiano) é, em vasta medida, o celular (96,2%), seguido pelo computador (1,9%) e outro meio (1,9%).

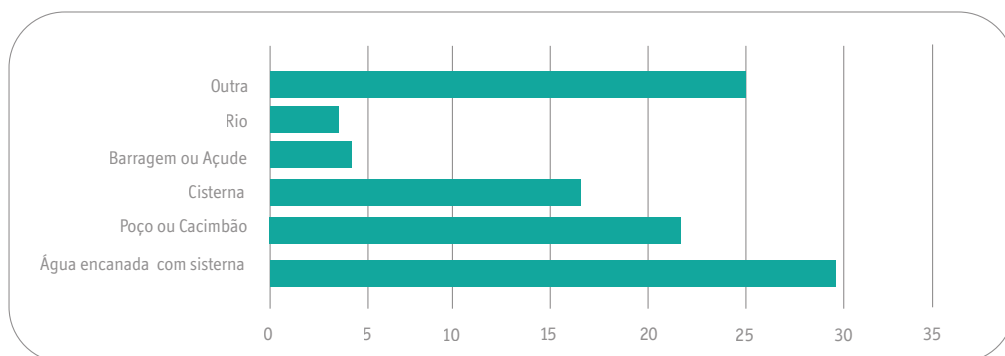
Gráfico 18 – Principal tecnologia usada para acessar à internet (trans)



Fonte: Elaboração própria.

No que se refere ao acesso à água, entre as pessoas cis 24,2% não têm abastecimento próprio em casa, enquanto 75,8% possuem. Considerando apenas os últimos, 29,1% possuem água encanada com sistema público de abastecimento, 21,8% poço ou cacimbão, 17% cisterna, 3,6% barragem ou açude e 3% rio.

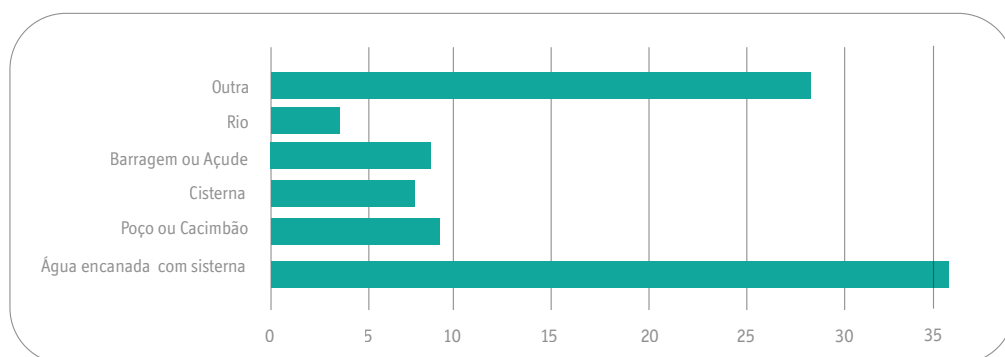
Gráfico 19 – Acesso à água (cis)



Fonte: Elaboração própria.

Entre as pessoas transexuais e não-binárias, uma vez mais, cai o acesso ao abastecimento próprio de água: 28,8% não possuem e 71,2% possuem. Contudo, entre quem possui, aumenta o índice de quem tem água encanada com sistema público de abastecimento em casa, sendo 46,2% desse grupo, ao passo que para 9,6% a água vem de poço ou cacimbão, 7,7% de barragem ou açude, 5,8% de cisterna e 1,9% do rio.

Gráfico 20 – Acesso à água (trans)

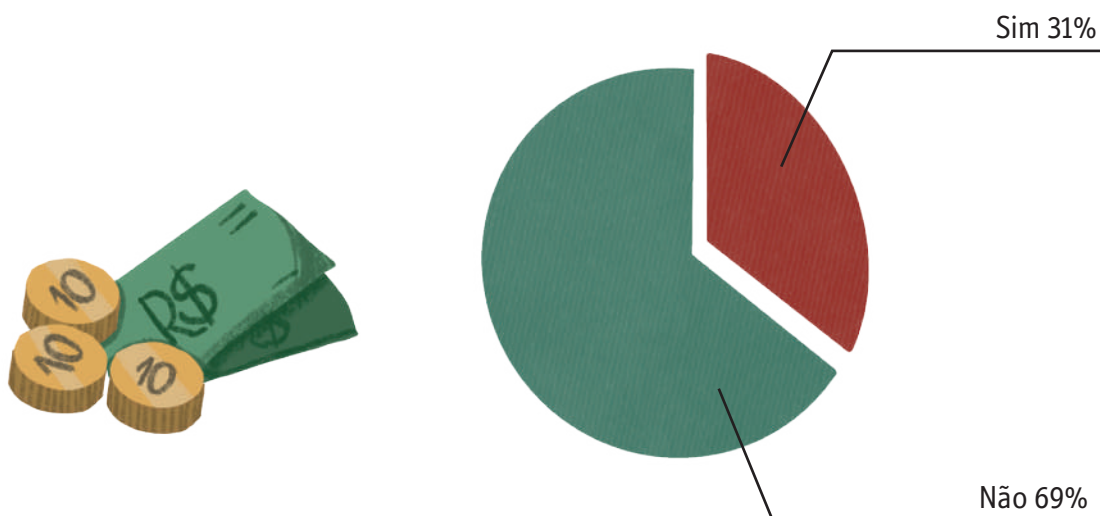


Fonte: Elaboração própria.

4.4. INSEGURANÇA ALIMENTAR

A questão da fome também foi incluída porque trata-se de um problema social que havia aumentado significativamente no Brasil, nos anos anteriores à pesquisa. E no caso estudado, falar de acesso à alimentação e de situações de fome, tornam os dados ainda mais preocupantes. Entre as pessoas cis, 30,9% declararam que já ficou sem dinheiro para comprar comida e que, por isso, passou fome.

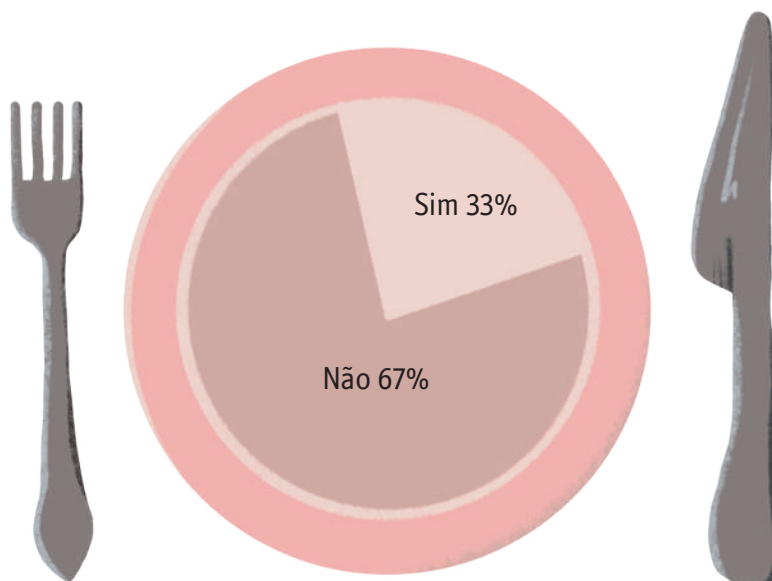
Gráfico 21 – Você já ficou sem dinheiro para comprar comida e por isso passou fome? (cis)



Fonte: Elaboração própria.

Nos seis meses anteriores à pesquisa, 33,3% já havia comido menos do que deveria porque não tinha dinheiro suficiente para comprar mais comida; 44,2% não tiveram dinheiro para manter uma alimentação saudável e variada; e 40% declararam que em algum momento a comida acabou antes de haver dinheiro para comprar mais. Isso significa dizer que, em 2022, 40% viveram, pelo menos uma vez, com insegurança alimentar, havendo insuficiência de alimento e de dinheiro; e quase metade desse grupo pode ter enfrentado uma situação de insegurança nutricional.

Gráfico 22 - Nos últimos 6 meses, alguma vez você comeu menos do que devia porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida? (cis)



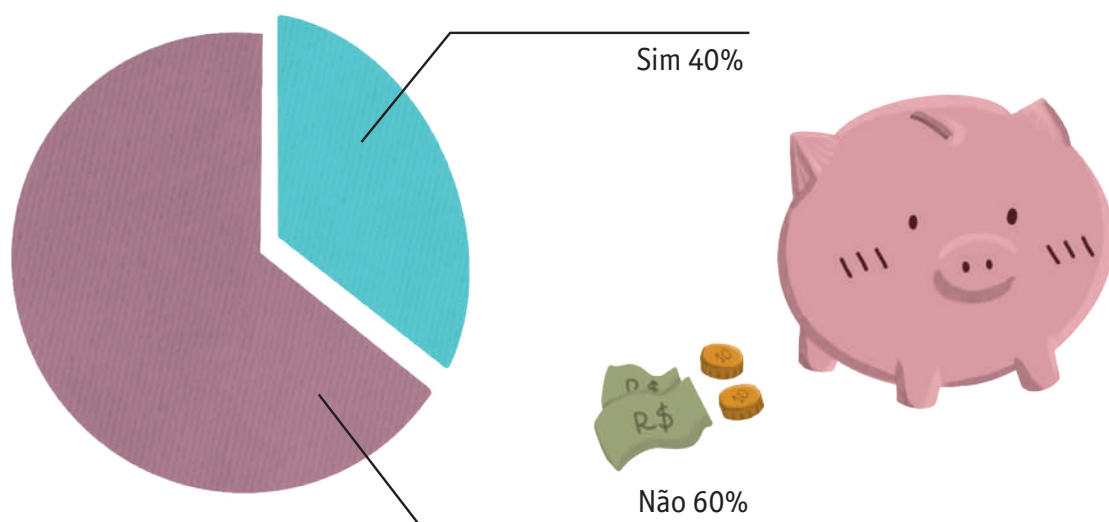
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 23 - Nos últimos 6 meses, você ficou sem dinheiro para ter uma Alimentação Saudável e Variada? (cis)



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 24 - Nos últimos 6 meses, a comida acabou antes de você ter dinheiro para comprar mais?



Fonte: Elaboração própria.

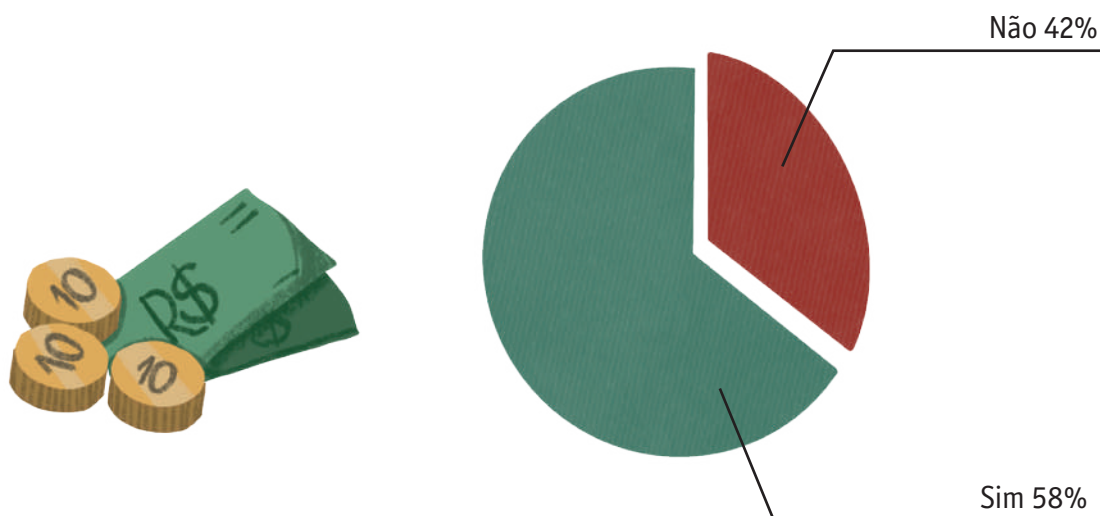
De acordo com os parâmetros para medir a segurança alimentar e nutricional propostos no 2º. Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 – fundamentado em uma pesquisa probabilística que vem evidenciando a expansão da fome no Brasil nos últimos anos¹⁰, a realidade da nossa amostra se aproxima dos dados sobre insegurança alimentar nos domicílios da região Nordeste em 2022: enquanto apenas 32% dos domicílios estavam em situação de segurança alimentar, para 47% a situação era de insegurança alimentar leve ou moderada e grave para 21% deles.¹¹

Contudo, quando consideramos as pessoas transgêneros, a insegurança alimentar aumenta de forma estarrecedora e se distancia das outras realidades. Nesse grupo, a fome atingiu 57,7% dos indivíduos, em algum momento de suas vidas.

¹⁰ Essa é uma questão que é debatida há, pelo menos, três décadas nas Ciências Humanas. Por isso, citamos aqui apenas uma das referências. O Inquérito é um estudo voltado para a questão da insegurança alimentar e, por isso, aprofunda muito mais as indagações sobre o tema, produzindo uma escala que mede os níveis de insegurança alimentar. Contudo, procuramos nos inspirar ao máximo nessa metodologia para a elaboração das questões relativas à fome. Isso foi feito reduzindo o número de questionamentos, mas mantendo algumas das principais perguntas que permitiriam nos aproximar dos parâmetros utilizados no Inquérito.

¹¹ Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em fev. 2023.

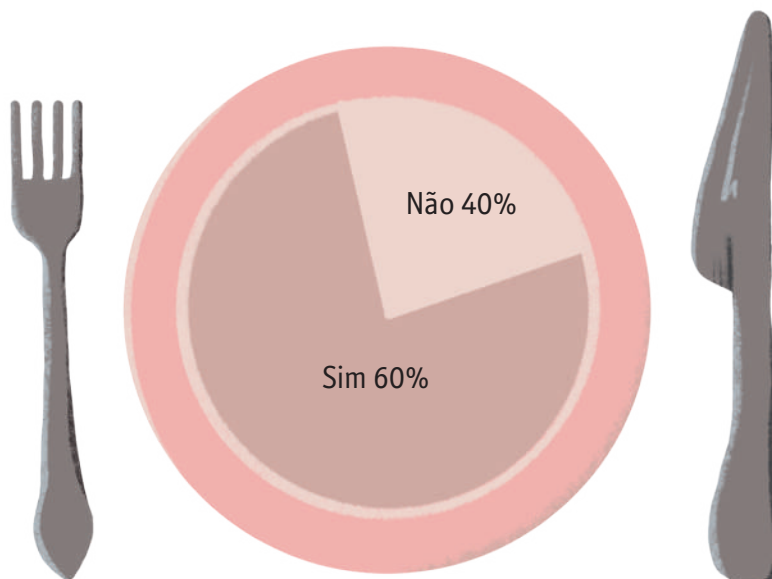
Gráfico 25 – Você já ficou sem dinheiro para comprar comida e por isso passou fome? (trans)



Fonte: Elaboração própria.

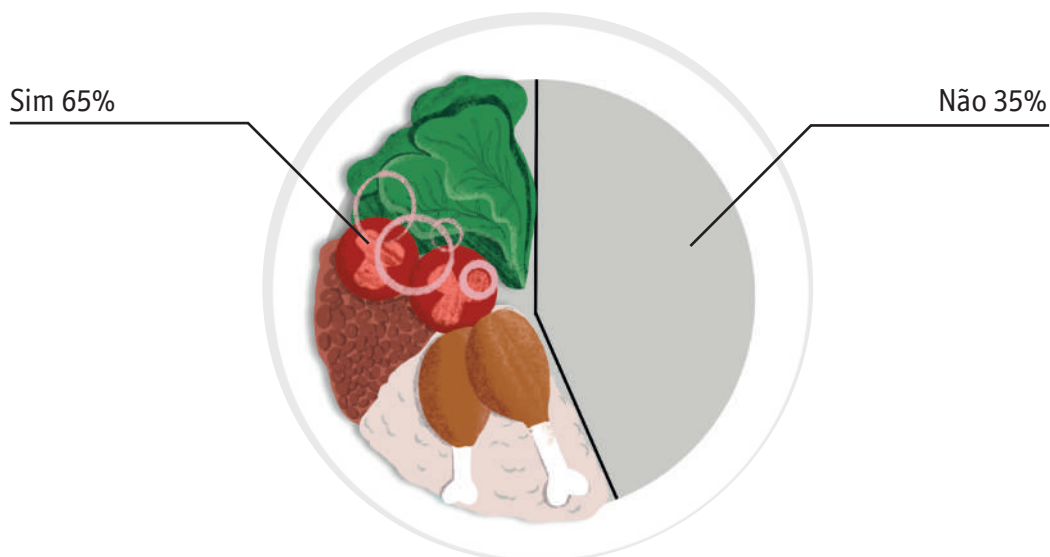
Nos seis meses anteriores à pesquisa, 59,6% comeram menos do que deveria porque não tinham dinheiro suficiente para comprar comida; 65,4% não tiveram dinheiro para manter uma alimentação saudável e variada, colocando-os em uma situação de insegurança nutricional; e 69,2% declararam que em algum momento a comida acabou antes de haver dinheiro para comprar mais. Isso significa que quase 70% das pessoas transexuais e não-binárias se encontraram em uma situação de insegurança alimentar e nutricional, pelo menos uma vez (nos seis meses anteriores à pesquisa).

Gráfico 26 – Nos últimos 6 meses, alguma vez você comeu menos do que devia porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida? (trans)



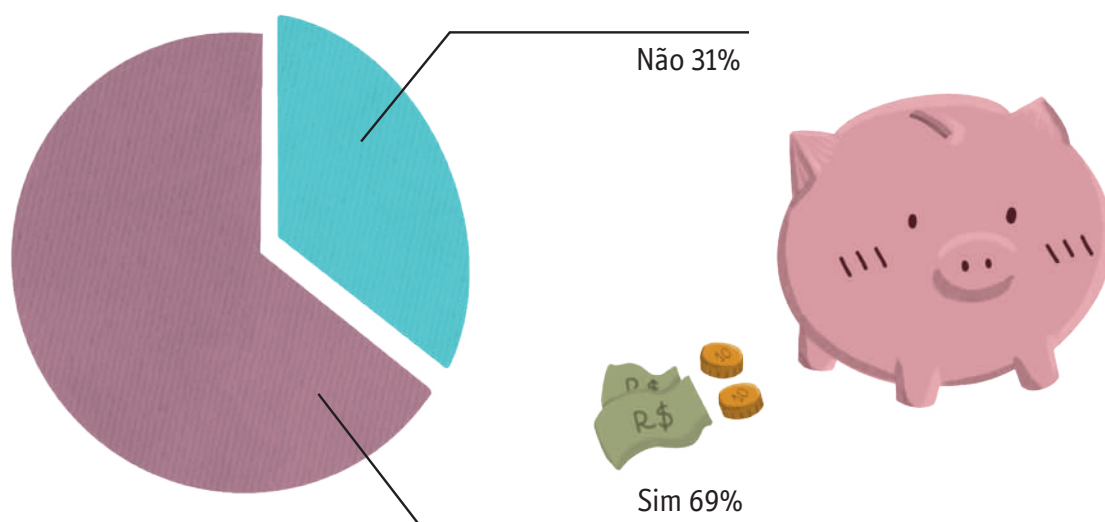
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 27 – Nos últimos 6 meses, você ficou sem dinheiro para ter uma Alimentação Saudável e Variada? (trans)



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 28 - Nos últimos 6 meses, a comida acabou antes de você ter dinheiro para comprar mais? (trans)



Fonte: Elaboração própria.

Esse dado vai ao encontro das conclusões do estudo de Sávio Gomes (2022) que, em uma pesquisa com transexuais de todo o Brasil (sem especificar se da zona urbana ou rural) e realizada entre outubro e dezembro de 2020, durante a pandemia da COVID-19, apontou que cerca de 68,8% das pessoas trans vivem com algum grau de insegurança alimentar (Gomes, 2022, p. 79). Esse estudo também apontou que as pessoas transgêneros estão mais expostas a alimentos ultraprocessados, nutricionalmente mais pobres, sobretudo por terem menos acesso à renda e ao emprego; e evidenciou que as pessoas trans, devido a situações de preconceito vivenciadas, têm maior probabilidade de apresentar transtornos alimentares e insatisfação com o próprio corpo.

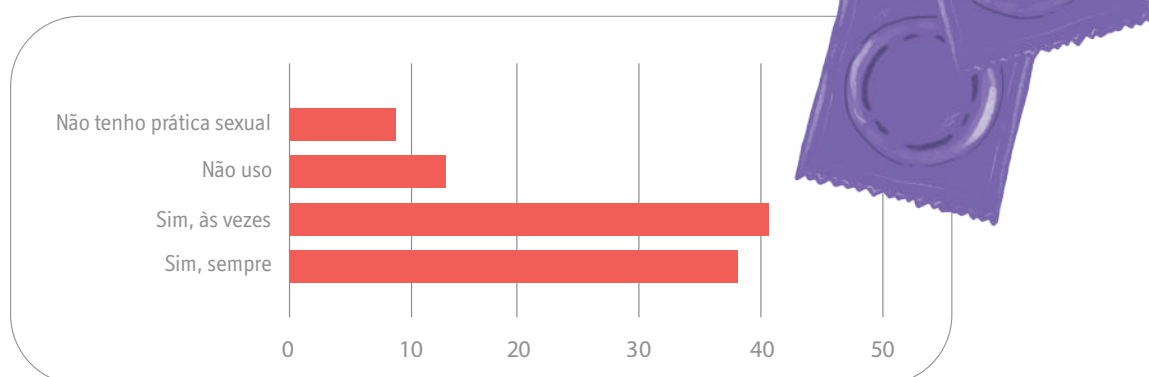
4.5. SAÚDE

Se considerarmos a renda média dos entrevistados, ocorre em uma porcentagem significativa o número de quem tem algum acesso à saúde pública. Contudo, há também uma pequena diferença entre os indivíduos cis e trans. 88,5% dos primeiros declararam ter acesso à Unidade Básica de Saúde na comunidade onde vivem (contra 11,5% que não tem); enquanto entre os segundos há uma diminuição para 82,7% de quem tem acesso (contra 17,3% de quem não tem).

Apesar de haver (mais) uma desvantagem para as pessoas transexuais e não binárias, é importante apontar que o índice de acesso a uma unidade de saúde pública não é desprezível e reconhecer que os dados refletem a expansão do Sistema Único de Saúde, que nas últimas décadas aumentou sua cobertura na zona rural. Por outro lado, isso não implica na inexistência de dificuldades de acesso à saúde, tão pouco diz respeito à qualidade e à frequência desse acesso.

No tocante à relação entre saúde e sexualidade, a predominância de pessoas solteiras, conforme apontado acima, torna preocupante alguns dados de saúde. Sobretudo porque há um número alto de indivíduos cisgêneros que, em uma relação sexual, às vezes usa preservativo (40,6%) ou não usa nunca (14,5%). Já quem sempre usa preservativo representa somente 36,4% desse grupo. Além disso, 7,9% já teve ou tem alguma Doença Sexualmente Transmissível.

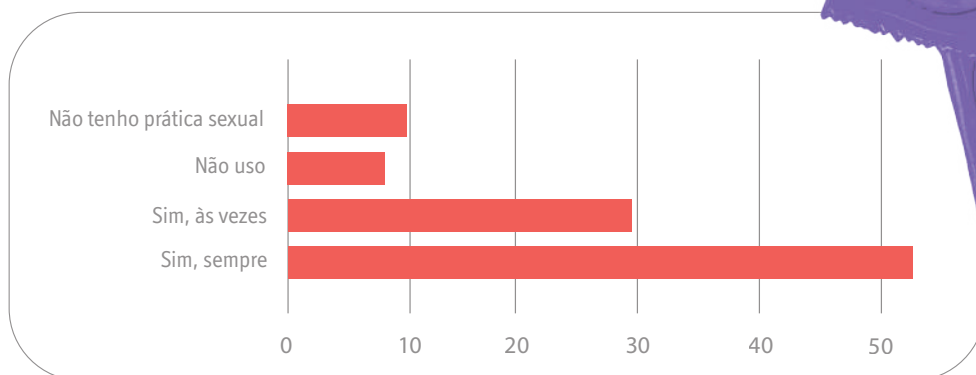
Gráfico 29 - Uso de preservativo durante uma relação sexual (cis)



Fonte: Elaboração própria.

Entre as pessoas transgêneros, a maioria sempre faz uso de preservativo (53,8%), sendo menor o índice de que usa às vezes (28,8%) e não usa (7,7%). No entanto, o número de quem já teve ou tem alguma DST sobe para 17,3%. Pode parecer uma contradição o fato de que o grupo que mais usa preservativo é o mesmo que apresentou o maior percentual de contaminação por DST, mas não necessariamente. Entre outras questões, foi perguntado sobre a prática do uso de preservativo naquele momento da vida de cada indivíduo (o que não considera o passado); enquanto outra pergunta se referia a uma contaminação a qualquer momento da vida.

Gráfico 30 - Uso de preservativo durante uma relação sexual (trans)



Fonte: Elaboração própria.

4.6. CULTURA E POLÍTICA

Considerando os aspectos relacionados a cultura, 85,2% dos entrevistados/as afirmaram que em sua comunidade é organizada algum tipo de manifestação cultural (a exemplo do Carnaval, São João, Festejos Religiosos etc.), em contrapartida, outros 14,8% afirmaram que não observam manifestações culturais no meio que estão inseridos, não havendo diferença significativa entre transgêneros e cisgêneros. O resultado demonstra que, considerando a parcela analisada, a maior parte da população LGBT+ rural tem a possibilidade de se relacionar com atividades culturais em seu território.

Outro ponto observado foi a participação em atividades culturais, onde, no total, 58,5% da parcela analisada afirmou se envolver na organização destas manifestações. O número representa mais da metade dos entrevistados/as e aponta para um contexto em que estes têm sido espaços de interação buscados pela população LGBT+ no espaço agrário. Os festejos religiosos e as festas juninas, por exemplo, são parte dessa expressão cultural que tem fortes raízes no nordeste brasileiro, principalmente no meio rural. A partir de um estudo realizado com jovens no campo, Jardim et al. (2019) observaram que o São João nas comunidades se configura como um importante espaço de sociabilidade, inclusive colaborando com o fortalecimento da identidade rural dos sujeitos.

Entende-se, portanto, que a população LGBT+ pode estar se relacionando positivamente da aproximação entre a cultura e a socialização com o meio em que vive, sendo, junto da família e da escola, um dos primeiros espaços de interação entre o sujeito e/ou a comunidade como um todo.

Além disso, as manifestações culturais podem representar formas de busca do reconhecimento nestas comunidades ou pequenos municípios. Sociabilidade e reconhecimento são partes importantes na construção social destes sujeitos, uma vez que muitas vezes são questões negadas em seu cotidiano, inclusive no ambiente familiar e escolar, dada sua orientação sexual ou identidade de gênero. A cultura local, portanto, pode se configurar como elemento agregador, e sem dúvidas com grande importância no desenvolvimento de sua identidade como sujeito LGBTQ+, ao passo que também fortalece, a partir da preservação de tradições, a sua própria identidade rural.

Outro aspecto importante está ligado ao envolvimento em movimentos sociais. Entre os indivíduos cisgêneros, 52,7% afirmaram que não participam de nenhum movimento social ou partido político, enquanto outros 47,3% fazem parte. Entre estes que participam, 32,7% relataram atuar em mais de uma forma de organização política.

Tabela 5 – Participação em movimentos sociais e partidos políticos (cis)

| | |
|---------------------------------|-------|
| Movimento LGBTQI+ | 21,7% |
| Movimento Sem Terra | 14,8% |
| Movimento Agroecológico | 7,4% |
| Movimento Pequenos Agricultores | 7,4% |
| Sindicato | 4,8% |
| Feminista | 4,8% |
| Movimento Negro | 9,0% |
| Movimento Estudantil | 18,5% |
| Partido Político | 11,6% |



Fonte: Elaboração própria.

Entretanto, entre as pessoas transgêneros, apenas 38,5% participam de algum movimento social e nenhuma marcou partido político. Das pessoas que participam, 26% estão em mais de um movimento, 6% apenas no movimento LGBTQIA+, 4% em sindicato, 2% no movimento sem-terra e 2% no movimento agroecológico. Essa menor participação de transexuais e não-binários nas organizações políticas – e uma presença maior no movimento LGBTQIA+ – pode ser resultado do preconceito e da discriminação que ainda existe nos movimentos sociais e nos partidos políticos que, como parte da sociedade, tem ainda mais dificuldade de acolher e respeitar as pessoas transexuais.

Tabela 6 – Participação em movimentos sociais e partidos políticos (trans)

| | |
|---------------------------------|-------|
| Movimento LGBTQI+ | 20,2% |
| Movimento Sem Terra | 20,2% |
| Movimento Agroecológico | 8,7% |
| Movimento Pequenos Agricultores | 6,7% |
| Sindicato | 2,9% |
| Feminista | 9,6% |
| Movimento Negro | 10,6% |
| Movimento Estudantil | 14,4% |
| Partido Político | 6,7% |



Fonte: Elaboração própria.

Apesar desses limites, vale apontar que a pauta da diversidade sexual e de gênero tem sido incorporada com mais evidência nos últimos anos pelos movimentos sociais, em especial os do campo. Essa relação é vista na atuação do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), de sindicatos rurais e do próprio Movimento Agroecológico, ambos citados pelos entrevistados. Para Gohn (2011), os movimentos sociais podem se constituir em espaços educativos, que se constroem a partir da prática coletiva e da participação. A autora aponta que a atuação em movimentos sociais pode contribuir em processos de aprendizagem, entre eles a aprendizagem cultural - relacionada com a identidade de um grupo e suas diversidades -, e a aprendizagem política, traduzida e incorporada pelos participantes nos processos de luta por direitos.

No caso do MST, por exemplo, surge em 2015 o 'Coletivo LGBT Sem Terra', visando organizar e aproximar a categoria Sem Terra com a pauta da diversidade sexual e sua relação com a luta por reforma agrária popular (Cordeiro, 2019). Iniciativas semelhantes também são observadas em outros movimentos sociais do campo, onde a luta por questões materiais de vida passa a se encontrar com a emergência da atuação política da população rural LGBT+ nos últimos anos. Além disso, vimos surgir vários coletivos LGBT+ indígenas, que integram a luta pela diversidade sexual e de gênero às lutas em defesa aos povos indígenas e à preservação ambiental. Com isso, estes sujeitos passam a ocupar cada vez mais os espaços de representação, incorporando as pautas relacionadas a suas próprias vivências e se afirmando, inclusive através da auto-organização, como uma importante categoria política.

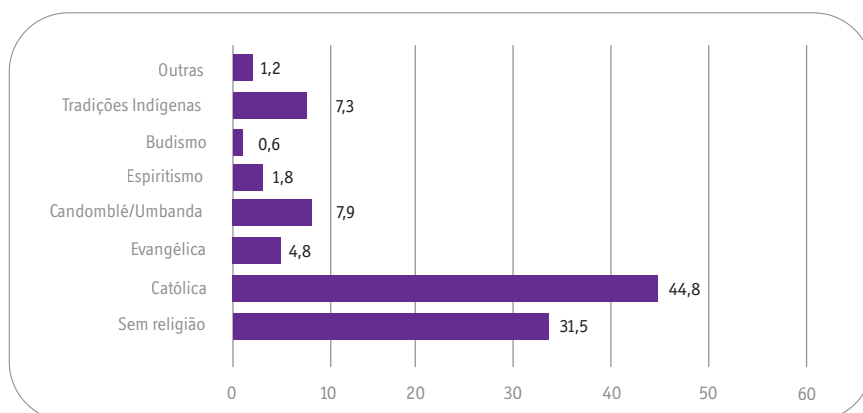
De modo geral, entende-se que as dinâmicas culturais e políticas em que os sujeitos LGBT+ se relacionam no meio rural têm em comum a contribuição para a busca de reconhecimento e o fortalecimento da sociabilidade com outros indivíduos.

Mais do que espaços de organização, também se configuram como expressões de fortalecimento da participação social e, conseqüentemente, da reafirmação de sua própria cidadania diante da comunidade e do mundo à sua volta.

4.7. RELIGIÃO

Em relação às religiões informadas, há uma frequência maior de católicos e uma presença elevada de pessoas sem religião. Entre os cisgêneros, 44,8% são católicos, 31,5% não tem religião, 7,9% pertencem à religião de matriz africana, Candomblé ou Umbanda, 7,3% das Tradições indígenas, 4,8% das religiões Evangélicas, 1,8% ao Espiritismo, 0,6% ao Budismo e 1,2% outras religiões.

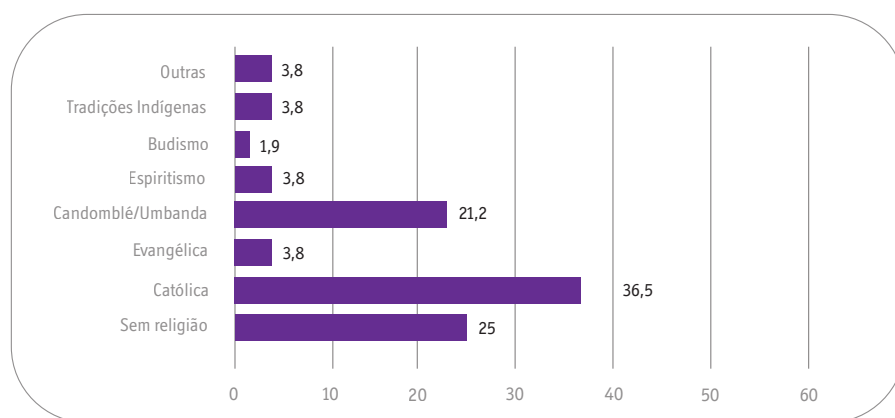
Gráfico 31 – Religião declarada (cis)



Fonte: Elaboração própria.

Entre as pessoas transexuais e não-binárias, 36,5% são católicas e 25% não têm religião. Nota-se que há um número muito maior de praticantes da Umbanda ou do Candomblé (21,2%) e menor de evangélicas (3,8%), de praticantes de tradições indígenas (3,8%), do Budismo (1,9%) e de outras religiões (3,8%).

Gráfico 32 – Religião declarada (trans)



Fonte: Elaboração própria.

É interessante notar que há o padrão em ambos os grupos no que diz respeito à distribuição das identidades religiosas. Tanto entre indivíduos cis e trans, há um número maior de católicos, que ainda é a religião com mais adeptos no Brasil, sobretudo no semiárido, que é de onde vieram mais respostas. Em segundo lugar vem as pessoas sem religião, sendo um número bastante expressivo se considerarmos que a segunda maior religião no país e na região é a evangélica. Mas, a identificação com alguma das diferentes vertentes evangélicas também não vem em terceiro lugar, que é ocupado por praticantes do Candomblé ou da Umbanda. Em quarto lugar aparece as pessoas adeptas às tradições indígenas, de forma que as religiões evangélicas aparecem também em quarto lugar no caso dos indivíduos trans, em um empate, e em quinto lugar, no caso dos cis.

Se considerarmos a religião da família, há um retrato mais parecido com o perfil religioso da população brasileira. Entre as famílias dos indivíduos cis, 75,2% são católicas, 13,9% evangélicas, 4,8% não tem religião, 3% pertencem às tradições indígenas 1,8% ao Candomblé ou da Umbanda. Já entre as famílias dos indivíduos trans, 57,7% são católicas, 25% evangélicas, 9,6% não tem religião, 3,8% umbandistas ou candomblecistas e 3,8% tradições indígenas. Em grande medida, há um rompimento entre a identidade religiosa da família e a individual. Isso é mais forte no caso do grupo trans e a religião evangélica: enquanto 25% das famílias pertencem a essa religião, apenas 3,8% dos indivíduos se identificam como evangélicos. E o contrário acontece em relação às religiões de matriz afro: 3,8% das famílias são praticantes, enquanto 21,2% dos indivíduos cis o são.

¹² Como ainda não estão disponíveis os dados sobre religião do Censo de 2022, a título de ilustração apresentamos os dados obtidos pelo Instituto Datafolha, numa pesquisa de 2020, com 2.556 pessoas, em 181 cidades. A pesquisa detectou que no Brasil, 51% da população se declara católica, 26%, evangélica, 12% não tem religião, 2% espíritas, 2% adventistas, 1% umbandistas e 5% de outras religiões. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/06/datafolha-brasileiros-vaio-menos-a-igreja-e-dao-menos-contribuicoes.shtml>. Acesso em ago. 2023.

Conforme veremos a seguir, os espaços religiosos são um dos mais citados quando se pergunta sobre preconceito e violência LGBTfóbica, o que pode explicar o número relativamente elevado de indivíduos sem religião. Mas, enquanto permanece um maior número de católicos, por que a proporção de evangélicos diminui tanto (em relação aos dados da população brasileira)? Uma hipótese possível é que as religiões evangélicas, embora hoje abriguem algumas igrejas progressistas e inclusivas, com fiéis e pastores/as LGBT+, apresentam também as vertentes mais preocupadas em combater (política e culturalmente) a diversidade sexual e de gênero, elegendo-a como um grande pecado a ser expurgado.

Por outro lado, há uma proporção bem maior de praticantes da Umbanda ou do Candomblé: quase 8% das pessoas cis e mais de 21% das pessoas trans. Vale salientar que as religiões de matriz afro, por não se constituírem a partir da noção de pecado e salvação, tendem a ter uma recepção mais aberta à população LGBT+, sobretudo para as pessoas trans. Embora não seja um espaço ausente de contradições, Nascimento e Costa mostraram que as religiões de matriz afro podem oferecer um espaço para que transexuais e travestis “possam expressar a sua religiosidade tentando associar com a sua identidade de gênero” (Nascimento; Costa, 2015, p. 200).



5. ASPECTOS RELACIONADOS A DISCRIMINAÇÃO, PRECONCEITO E VIVÊNCIA LGBT+ NA ZONA RURAL NORDESTINA

A pesquisa reforçou que a LGBTfobia se faz presente em diferentes espaços sociais e pode atravessar o cotidiano das pessoas LGBT+ em diversos contextos. Para investigar essa questão, perguntamos a respeito da experiência de ser alvo de preconceito e de violência (física e verbal) em momentos diferentes do questionário. Ainda que a discussão sobre a legitimidade da livre expressão sexual e de gênero tenha se fortalecido também no meio rural, a discriminação ainda é uma possibilidade constante para quem rompe com a heterossexualidade compulsória. Nesta seção, trazemos os dados relativos aos preconceitos e alguns relatos deixados pelos participantes, de forma opcional, sobre a vivência deles no meio rural, no intuito de compreender melhor a violência cotidianamente experimentada.

Quando indagados sobre onde a LGBTfobia estava mais presente na vivência de cada entrevistado, 27,9% dos indivíduos cisgêneros afirmaram ser na comunidade onde moram, 27,3% na igreja e 20% na família. Em menor percentual, aparecem a escola (6,7%), no futebol e nos esportes (4,8%), comércio e bares (4,1%) e prefeitura e órgãos comerciais (1,4%).

Tabela 7 - Para você, onde a LGBTfobia se mostra mais presente? (cis)

| | |
|------------------------------------|-------|
| Família | 20% |
| Comunidade onde mora | 27,9% |
| Igreja | 27,3% |
| Escola | 6,7% |
| Trabalho | 0% |
| Hospitais e Postos de Saúde | 0,6% |
| Prefeitura e Órgãos Governamentais | 1,8% |
| Comércios e bares | 4,1% |
| Futebol e esportes | 4,8% |
| Mais de uma | 6,1% |

Fonte: Elaboração própria.

A resposta das pessoas transgêneros sobre onde a LGBTfobia se fazia mais visível no cotidiano não difere muito em relação as pessoas cis: 25% apontaram ser em sua comunidade rural, 23,1% na família e 17,3% na igreja. Mas, há um índice maior de lugares como escola (9,6%) e prefeitura e órgãos governamentais (7,7%).

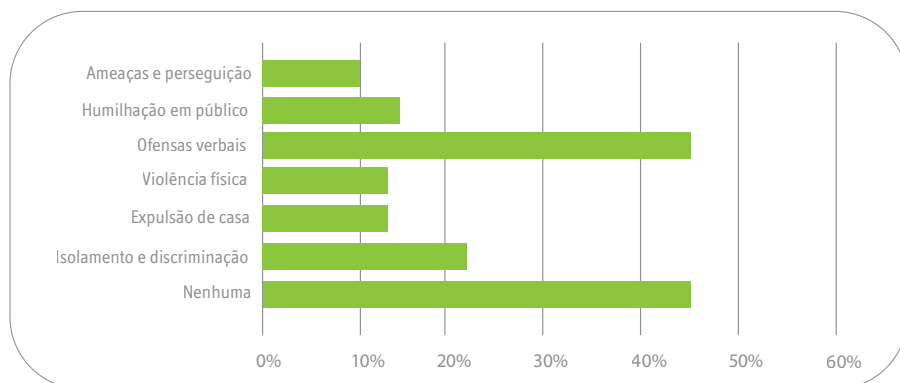
Tabela 8 - Para você, onde a LGBTfobia se mostra mais presente? (trans)

| | |
|------------------------------------|-------|
| Família | 23,1% |
| Comunidade onde mora | 25% |
| Igreja | 17,3% |
| Escola | 9,6% |
| Trabalho | 3,8% |
| Hospitais e Postos de Saúde | 0% |
| Prefeitura e Órgãos Governamentais | 7,7% |
| Comércios e bares | 5,8% |
| Futebol e esportes | 3,8% |
| Mais de uma | 3,8% |

Fonte: Elaboração própria.

Quando perguntados se já foram alvo de preconceito, especificamente, no âmbito familiar, 54,2% dos indivíduos cis afirmaram que já sofreram discriminação e violência de algum membro de sua família. Dos tipos de violência sofrida, 45,8% relataram terem sido alvo de ofensas verbais, 23,6% foram vítimas de isolamento e discriminação, 14,8% foram humilhadas publicamente, 12,8% já foram expulsas de casa, 12,8% sofreram violência física e 9,9% sofreram ameaças e perseguição.

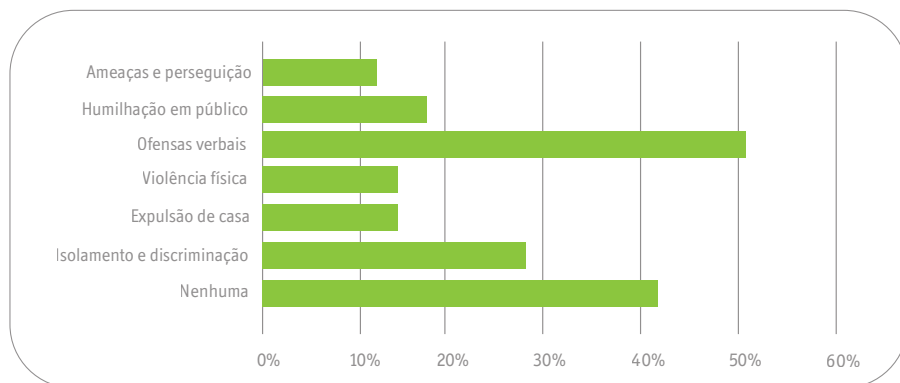
Gráfico 33 – Tipos de violência sofridos no espaço familiar (cis)



Fonte: Elaboração própria.

Já entre as pessoas transexuais e não-binárias, 59% já sofreram violência de algum membro de sua família, sendo que 50,6% foram alvo de ofensas verbais, 28% foram vítimas de isolamento e discriminação, 18% foram humilhadas publicamente, 15,7% já foram expulsas de casa, 15,7% sofreram violência física e 11,8% sofreram ameaças e perseguição.

Gráfico 34 – Tipos de violência sofridos no espaço familiar (trans)

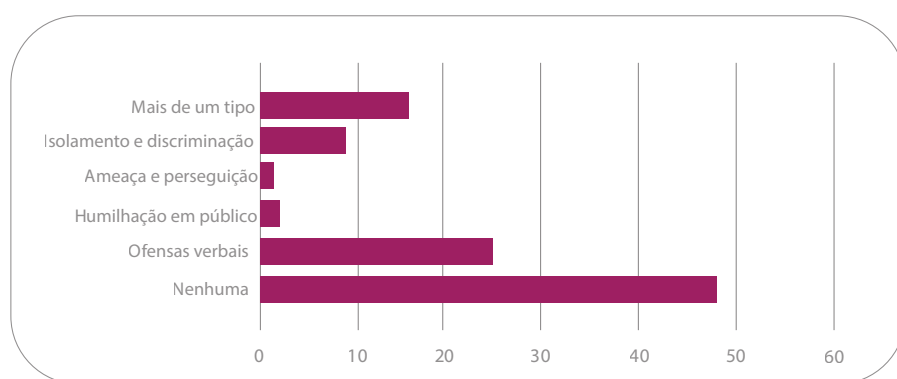


Fonte: Elaboração própria.

Nas questões sobre preconceito e discriminação, o indivíduo tinha a possibilidade de marcar mais de uma alternativa, por isso a soma das frequências de cada tipo de violência resulta em mais de cem por cento.

A partir da próxima questão, fizemos a opção por reunir a frequência de indivíduos que relataram sofrer mais de um tipo de violência em uma única categoria. Dessa forma, quando indagado sobre o espaço religioso, este também foi muito apontado como um lugar de discriminação, pelo menos para 52,1% das pessoas cisgêneros. Das formas de agressão que sofreram nesse espaço, 25,5% foram alvo de ofensas verbais, 7,3% de isolamento e discriminação, 1,8% de humilhações em público, 1,2% de ameaça e perseguição e 16,4% mais de uma forma.

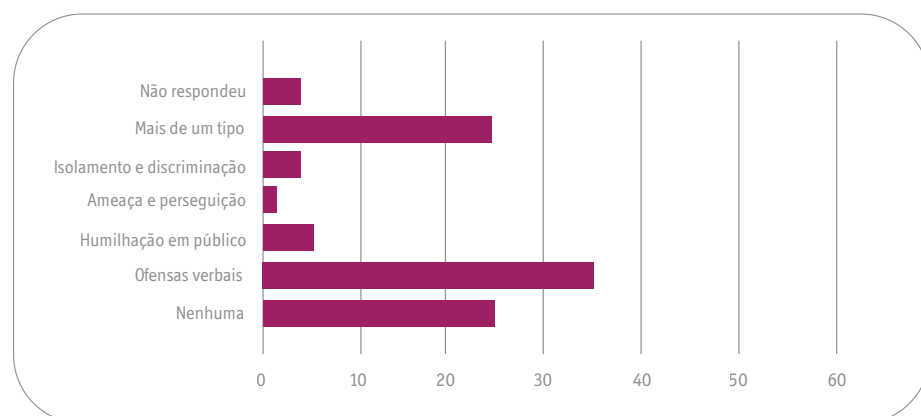
Gráfico 35 – Tipos de violência sofridos no espaço religioso (cis)



Fonte: Elaboração própria.

Para as pessoas transgêneros, sobe para 75% o percentual de quem já foram alvo de preconceito e violência no espaço religioso. Das formas de agressão que sofreram nesse espaço, 32,7% foram alvo de ofensas verbais, 26,9% de mais de uma forma, 7,7% de isolamento e discriminação, 3,8% de humilhações em público e 1,9% de ameaça e perseguição (e 1,9% não responderam).

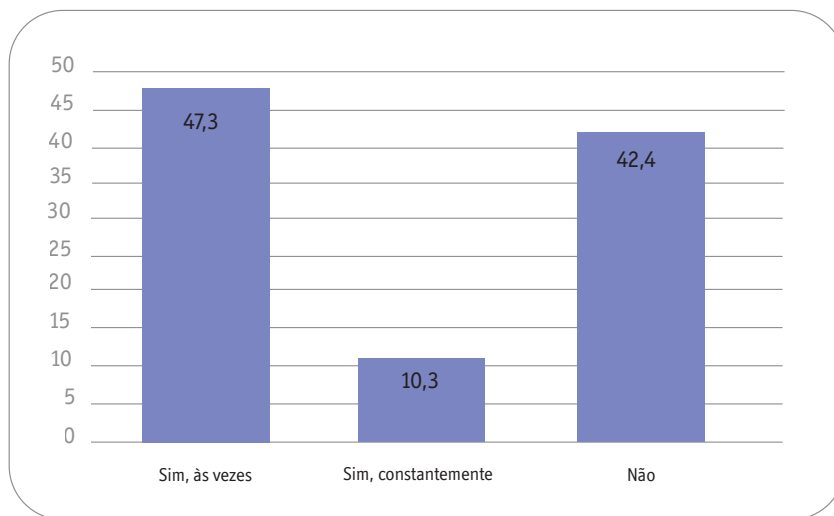
Gráfico 36 – Tipos de violência sofridos no espaço religioso (trans)



Fonte: Elaboração própria.

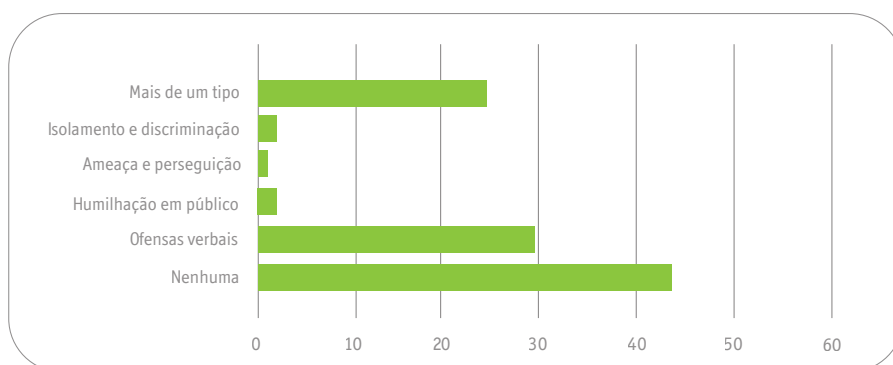
Entre as pessoas cisgêneros, 57,6% afirmaram que já foram ou são alvo de preconceito e discriminação na Escola ou na Universidade, sendo que 47,3% afirmaram que às vezes e 10,3% que foram ou são alvo constantemente. E 42,4% afirmaram nunca terem sofrido discriminação nos ambientes escolares ou universitários. No que se refere ao tipo de ação sofrida, 29,7% relataram ter sofrido ofensas verbais, 21,8% mais de um tipo, 2,4% humilhação em público, 2,4% isolamento e discriminação, 1,2% ameaças e perseguição.

Gráfico 37 – Já sofreu preconceito/violência na escola/faculdade? (cis)



Fonte: Elaboração própria.

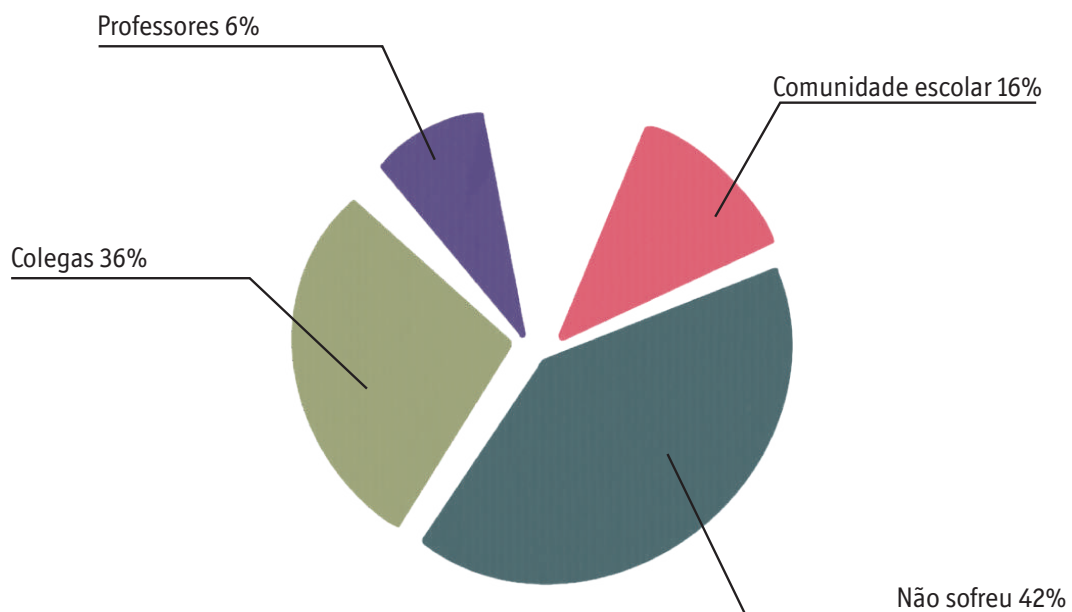
Gráfico 38 – Tipos de violência sofridos na escola/faculdade? (cis)



Fonte: Elaboração própria.

Dos indivíduos cis que afirmaram terem sofrido preconceito no ambiente educacional, 35,8% foram alvo de colegas, 15,8% da comunidade escolar e 6,1% dos próprios professores.

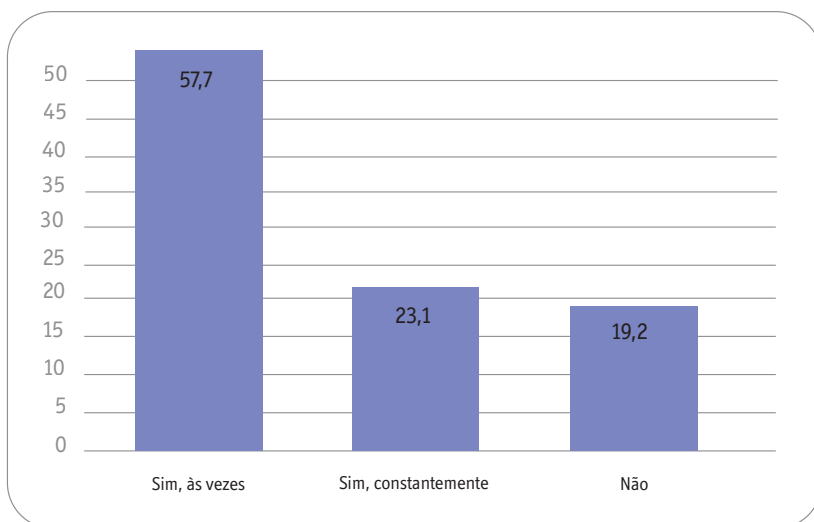
Gráfico 39 - Por parte de quem você sofreu preconceito/violência na escola/faculdade? (cis)



Fonte: Elaboração própria.

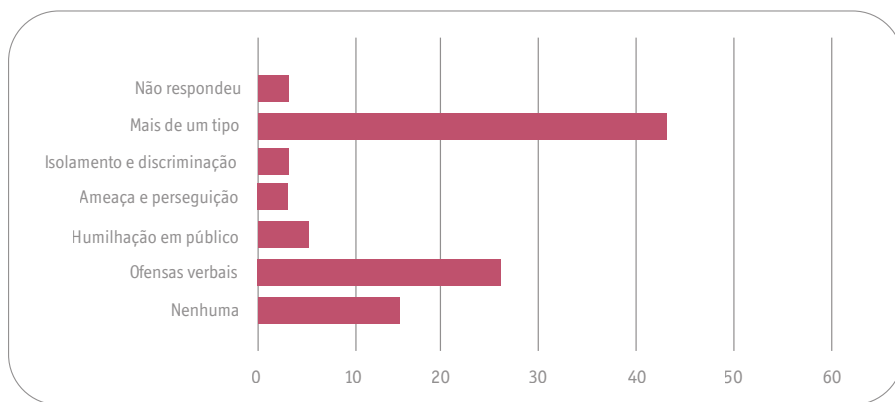
Entre as pessoas transgêneros, o percentual de quem já foi ou é alvo de preconceito e discriminação na Escola ou na Universidade é de 80,8%, sendo que 57,7% afirmaram que às vezes e 23,1% que foram ou são alvo constantemente. Apenas 19,2% afirmaram nunca terem sofrido discriminação nos ambientes escolares ou universitários. Já quando questionado sobre as formas de discriminação sofridas nesse espaço, 42,1% sofrem ou sofreram mais de um tipo, 28,8% somente ofensas verbais, 5,8% humilhação em público, 1,9% isolamento e discriminação e 1,9% ameaças e perseguição (e 1,9% não responderam).

Gráfico 40 – Já sofreu preconceito/violência na escola/faculdade? (trans)



Fonte: Elaboração própria.

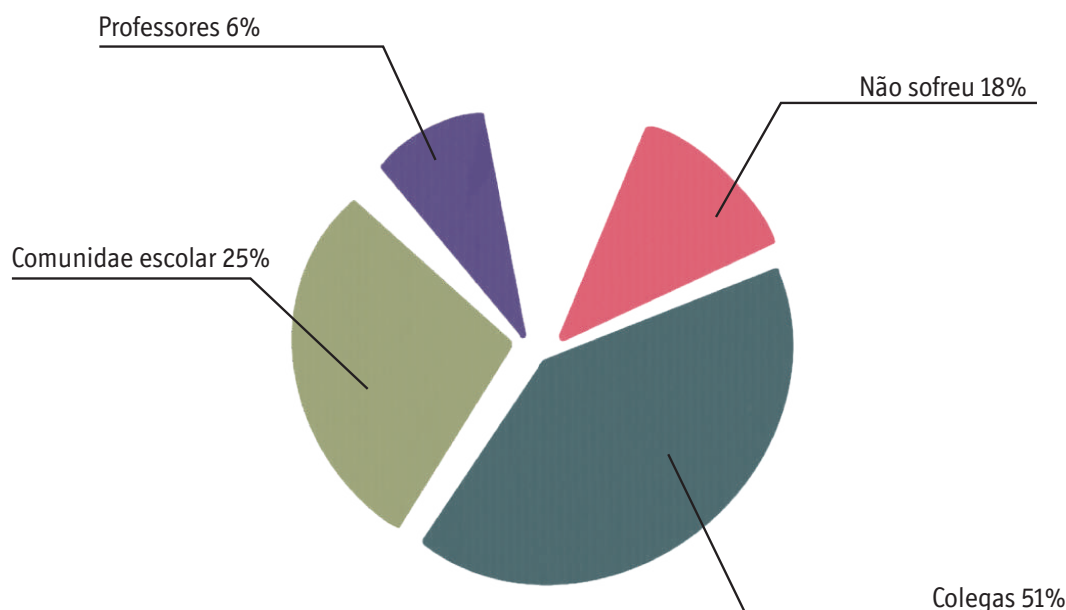
Gráfico 41 – Tipos de violência sofridos na escola/faculdade? (trans)



Fonte: Elaboração própria.

Entre as pessoas transgêneros, também o principal agente da discriminação e da violência são os colegas, para 51%, e depois 25% apontaram a comunidade escolar e 5,8% os próprios professores e 1,9% não responderam.

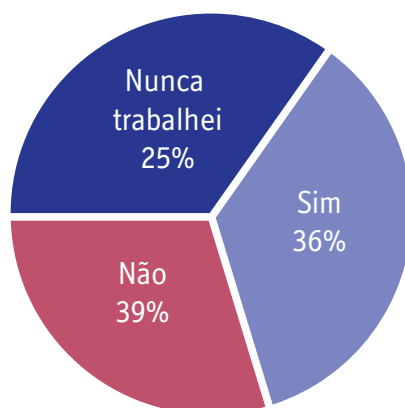
Gráfico 42 - Por parte de quem você sofreu preconceito/violência na escola/faculdade? (trans)



Fonte: Elaboração própria.

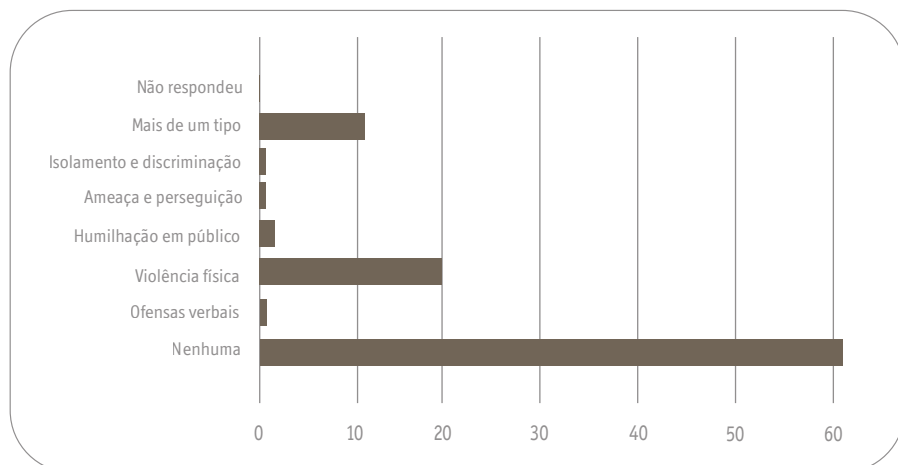
Por fim, consideramos também o preconceito e a discriminação no âmbito do trabalho. 39,3% dos indivíduos cis afirmaram terem sofrido preconceito durante o trabalho. E se tirarmos as pessoas que nunca trabalharam (24,8%), quase metade dos indivíduos sofreram preconceito nesse espaço. Das formas de violência sofridas, 19,4% relataram violência física, 11,5% mais de um tipo e 3% humilhação em público.

Gráfico 43 - Já sofreu preconceito durante o trabalho por ser LGBT+? (cis)



Fonte: Elaboração própria.

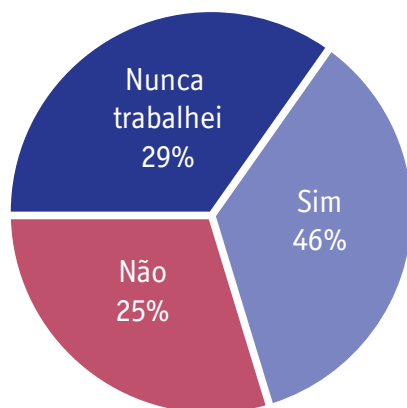
Gráfico 44 - Tipos de violência sofridos no trabalho (cis)



Fonte: Elaboração própria.

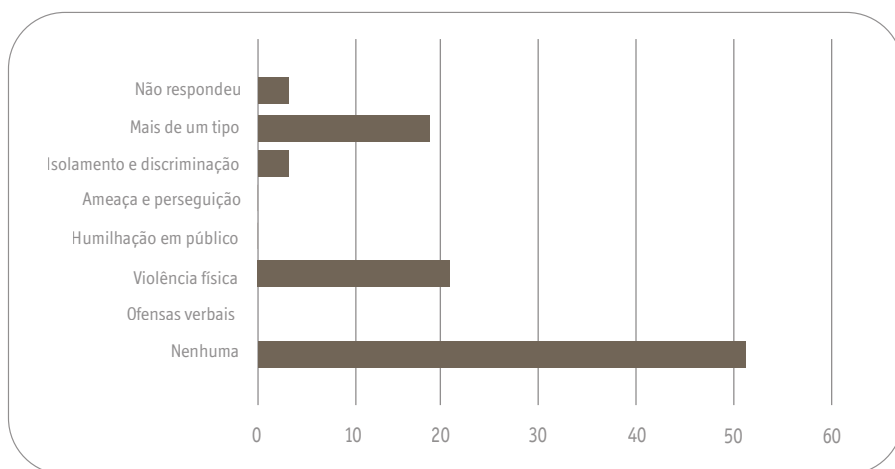
Para as pessoas transgêneros, 46,6% afirmaram que já sofreram preconceito e violência no trabalho, enquanto 25% não sofreram e 28,8% nunca trabalharam. Isso significa que 64,8% das pessoas transgêneros que já trabalharam sofreram algum tipo de discriminação no espaço de trabalho. Mais uma vez, a forma de violência sofrida mais citada é a violência física, com 23,1%, sendo que 17,3% sofreram mais de um tipo, 3,8% isolamento e discriminação e 3,8% não responderam.

Gráfico 45 - Já sofreu preconceito durante o trabalho por ser LGBT+? (trans)



Fonte: Elaboração própria.


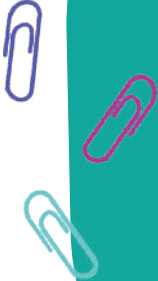
Gráfico 46 - Tipos de violência sofridos no trabalho (trans)



Fonte: Elaboração própria.


Além disso, a maioria afirmou que a sua orientação sexual ou identidade de gênero dificulta o acesso ao emprego: para 82,7% das pessoas trans e para 60% das cis. Conforme mencionado anteriormente, havia uma última pergunta no questionário utilizado, que era opcional e de caráter subjetivo, que possibilitava o participante da pesquisa fazer um relato sobre sua vivência LGBT+ na zona rural. A questão das dificuldades do acesso ao trabalho devido à discriminação LGBTfóbica apareceu em vários momentos, como nos relatos feitos, de maneira opcional, pelos interlocutores da pesquisa. Seleccionamos alguns relatos que julgamos mais ilustrativos da situação expressa nos números, citando em cada um a identidade de gênero de que o escreveu e a data quando o questionário foi respondido.





Sofro muitos boicotes por ser um homem no corpo de mulher. Faço muitas coisas que, convencionalmente, homens fazem, faço reparos onde moro, construção, elétrica, lido com a terra. Os vizinhos veem isso com maus olhos. Discriminam, hostilizam, desdenham. Em um ano que moro aqui, sofri assédios de todos os tipos por ser lésbica. Sofri duas tocaias em madrugadas diferentes de homens que queriam invadir minha propriedade. Eram vizinhos conhecidos. Não chamei a polícia porque não tenho provas. Para isto instalei uma câmera de segurança o que intimidou um pouco, mas a hostilidade continua. Não consigo trabalhar nas coisas que gosto como lidar com a terra por causa do preconceito e das perseguições. Aqui somos impedidos de ser e de ter (Homem transexual, 09/05/2002).

A pessoa já ser fora do padrão físico e ainda LGBT é uma afronta para eles. Eles, falo no sentido de hospitais, sociedade, vizinhos, alguns familiares. Eles não suportam nem nos ver passando na rua que dirá uma oportunidade de trabalho. Então viver aqui onde vivo é você morrer na praia real. É triste estar aqui escrevendo isso; sabe, eu só queria viver normal como qualquer outro cidadão heteronormativo. Às vezes queria poder não ser quem sou, mas eu não posso me renegar mais (Mulher cisgênero, 08/02/2002).



Para nós LGBT+ que vivemos no meio rural é bem complicado, pois sofremos preconceito tanto da família como dos moradores da comunidade. Ouvimos piadas, indiretas. Muitas vezes somos assediados e quando relatamos o assunto, sobre o assédio, eles falam que os culpados somos nós que demos ousadia para eles. Pois, muitos de nós preferimos ficar calados e deixar que a culpa seja nossa, mesmo não sendo. Claro que fazemos isso por medo de sermos agredidos por eles. Por sermos LGBT+ na comunidade rural dificilmente alguém vai querer lhe chamar para trabalhar de diária porque eles acham que nós vamos assediar eles ou que vamos influenciar os filhos deles a serem gays. Digo por experiência própria (Homem cisgênero, 17/03/2002).



É importante evidenciar como o preconceito LGBTfóbico é particularmente degradante para as condições de vida da população estudada, principalmente por ter uma relação direta da falta de trabalho e renda com o aumento das situações de fome. O Inquérito da Rede PENSSAN chamou atenção para o fato de que as duas regiões que concentram o segmento de menor renda do país, Norte e Nordeste, são também aquelas que apresentam o maior percentual de famílias em situação de fome (REDE PENSSAN, 2022, p. 38). Assim, se na região analisada as condições de vida já são precárias para a maioria da população, a sua fração LGBT+ que vivem no rural enfrenta também o preconceito e a violência que atuam para diminuir as possibilidades dessas pessoas de conseguirem ter ou aumentar a renda, obter um emprego formal ou um negócio sustentável, garantir sua autonomia financeira. Esse processo atua para tornar a população rural LGBT+ vulnerável à insegurança alimentar e nutricional, ao desemprego e ao trabalho precário, impondo situações aviltantes aos trabalhadores e trabalhadoras rurais que rompem com o heterossexismo e o binarismo de gênero.

Vale destacar que dos 217 indivíduos participantes da pesquisa, 116 optaram por responder essa questão subjetiva, de modo que classificamos – em relação à experiência pessoal relatada – 23 respostas como positivas, 83 como negativas e 10 neutras. Assim, o número de relatos feitos como visões negativas sobre a vivência LGBT+ no meio rural foi muito superior, cerca de 71,5% das respostas dadas. Esses relatos falaram, sobretudo, da opressão sofrida no cotidiano: isolamento, expulsão de casa, assédio sexual, violência simbólica e física e até tentativa de homicídio. Ainda que não seja o sentimento de todos os respondentes, um dos relatos resume a invisibilidade e o isolamento frequentes: “ser LGBT+ no campo e se ver numa ilha de estranhos, é se sentir completamente só, mesmo não sendo você a única pessoa a passar por isso. Infelizmente, no campo, o armário ainda é o lugar mais seguro”. Outras respostas evidenciaram outras faces da violência sofrida:

Ser gay e estar no meio rural é ser vítima de assaltos periodicamente, infelizmente denunciei nos meus 3 assaltos de 2018 para cá e até hoje nada foi feito. Convido vocês para vir conhecer nossa realidade. Pois somos punidos por ser quem somos, como se fosse uma homofobia velada. E uma perseguição aos gays que residem na roça aqui (Homem cisgênero, 08/02/2002).

Sobre ser trans eu ainda não me assumi para a minha família porque não tive uma receptividade muito boa com relação à sexualidade. Perdi boa parte dos meus amigos no processo e até certo momento minha família me proibia de ir visitá-los. Minha avó já repetiu várias vezes que considera uma maldição para a família. Já fui abordado com ofensas em supermercado e só não houve agressão física porque os funcionários tiraram o homem de lá (Homem transexual, 15/02/2002).

Não é demais ressaltar que não é apenas no trabalho, mas são em vários momentos de sua vida em sociedade que essa população é alvo de hostilidades e inferiorização social. Vale lembrar que a própria comunidade rural, a família e a igreja foram os lugares mais apontados como onde a LGBTfobia se fazia mais presente. Esses são espaços onde os indivíduos deveriam se sentir mais seguros e ter suas identidades socialmente reconhecidas, isso se considerarmos desde a preservação da saúde mental dessa população até o exercício do direito dela à diversidade sexual e de gênero. Contudo, para a maioria das pessoas LGBT+ no meio rural, sobretudo para quem vive no contexto da diversidade de gênero, esses espaços podem representar coerção social, violência e sofrimento.

No entanto, houveram também respostas positivas a respeito da vivência dos respondentes no rural. Alguns relatos afirmaram, por exemplo, que eles levavam uma vida tranquila em sua comunidade rural e que eram respeitados onde viviam; ou mesmo que era uma vida difícil, mas que era “melhor do que viver na cidade”. A comparação entre rural e urbano apareceu em outras falas, assim como a questão do orgulho de viver no rural, conforme vemos a seguir.

Todos me respeitam e se policiam para me chamarem pelo nome e gênero corretos. Consigo circular pela comunidade sem medo de ser violentada e assassinada, como é o caso das grandes cidades. Embora exista pouco anonimato na comunidade, consigo ter uma vida tranquila e com minha intimidade reservada, na medida do possível (Travesti, 18/02/2002).

[Sou] mulher lésbica, negra, LGBT, sem-terra e agricultora. Tenho orgulho de ser quem sou, orgulho de ser sem-terra e mãe de 2 filhos que são tudo em minha vida. E da terra que conquistamos com tanta luta por tirar o sustento de meus filhos e ter para doar pra quem mais tiver necessidade (Mulher cisgênero, 08/02/2002).

Assim, mesmo que o espaço rural ainda seja um lugar de muita discriminação contra a população LGBT+, ele pode se constituir também como lugar de resistência e de afirmação. O rural é um processo de construção social e político, que muda de acordo com a dinâmica das disputas entre os diferentes grupos e classes sociais. Então, se as identidades não-heterossexuais se afirmaram, cultural e politicamente, sobretudo no espaço urbano, atualmente o rural também se modifica com as novas práticas e concepções constituídas em torno da valorização da diversidade sexual e de gênero. O termo ruralidades tem mais esse desafio de expressar a vida da população LGBT+ que integra essas relações de forma complexa.

A crescente visibilidade e aceitação que a questão vem ganhando no rural não afasta, contudo, o fato de que a vida comunitária tende a ser mais conservadora e mais resistente a mudanças, o que pode gerar um ambiente pouco vivível para as pessoas LGBT+.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta dessa pesquisa foi estudar as condições de vida de uma população que por viver fora da conformidade de gênero e da sexualidade hegemônica é, em vasta medida, estigmatizada e violentada. O recorte da investigação, porém, focou uma parte da população que vive na zona rural da região Nordeste, que é um território historicamente mais pobre. Os dados mostraram uma população rural LGBT+ que vive em condições sociais precárias, como mostra por exemplo os indicadores sobre trabalho e renda. Apesar de o público atingido ter, em sua maioria, acesso à internet e um nível de escolaridade relativamente elevado¹³, trata-se de uma população em vulnerabilidade econômica, tanto em termos de renda individual quanto familiar, com dificuldades de conseguir trabalho e com pouquíssimo acesso a empregos formais. Entre os indivíduos cis, quase 62% não exerciam nenhuma atividade remunerada e aproximadamente metade não possuía nenhuma renda individual mensal; além disso, apenas 15% tinham renda acima de um salário mínimo. Já entre as pessoas trans, a taxa de quem não exercia nenhuma atividade remunerada sobe para 73% e a de quem não tinham renda aumenta para 63,5%, de forma que somente 3,8% tinham renda acima de um salário mínimo.

Entendemos a ideia de precariedade nos termos propostos por Judith Butler, que a define como uma “situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte”. Para a autora, há populações que estão “diferencialmente expostas” e que “sofrem um risco mais alto de doenças, pobreza, fome, remoção e vulnerabilidade à violência sem proteção ou reparações” (Butler, 2019, p. 40-41).

Nesse sentido, outros dados que também indicam a vulnerabilidade da população LGBT+ rural do Nordeste são aqueles relacionados à fome e à violência. Entre as pessoas cis, 30,9% já passou fome pelo menos uma vez e 40% viveram, em 2022, com algum grau de insegurança alimentar. Os números são ainda mais alarmantes em relação às pessoas transexuais e não binárias. Nesse grupo, 57,7% já passaram fome em algum momento da vida e 69,2% conviveram com algum grau

¹³ De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua: Educação 2022, 55% das pessoas analfabetas do país residiam na região Nordeste, que apresentava uma taxa de analfabetismo de 11,7%. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em agosto de 2023.

de insegurança alimentar, em 2022. Essa é uma situação complexa que envolve desde casos de insegurança nutricional até situações graves de fome. Em todos os casos, aumenta-se o risco de as pessoas desenvolverem problemas de saúde, afetando as próprias possibilidades de elas aumentarem a renda, conseguir um emprego etc.

Os dados também mostram a violência, em suas diferentes formas, que atravessa o cotidiano da população investigada. Espaços fundamentais para a vivência comunitária, como na família, igreja, escola ou nas ruas da comunidade, abrigam situações de discriminação e agressões: 52,7% dos indivíduos cis e 69,2% dos trans já sofreram discriminação e violência na família. 52% dos cis e 73% dos trans já sofreram alguma forma de agressão num espaço religioso. 57,6% dos indivíduos cis e 80,8% já sofreram violência e preconceito na escola ou faculdade. Entre somente quem já trabalhou, 48,3% das pessoas cis e 64,8% das pessoas trans sofreram algum tipo de agressão no trabalho. Esses processos acabam por atuar contra a produção de um sentimento de pertencimento em relação ao rural, ao mesmo tempo em que pressionam para abalar a saúde mental de quem é alvo de violência. Isso pode tornar o rural um ambiente prejudicial e pouco vivível, conforme expressa o relato a seguir.

No campo, ainda se perpetuam muitas violências. LGBTQIA+ só permanece no campo se é funcionário público ou desempenha alguma atividade de serviço à comunidade. De forma grosseira pode-se dizer que, na maioria dos casos, quem convive de forma harmônica conosco, pessoas LGBTQIA+, é porque nos atura devido às funções que ocupamos. As pessoas LGBTQIA+ que, com todo direito, são "cidadãos comuns", não aguentam as violências do campo, procuram rapidamente se refugiar, quase sempre em centros urbanos longe das suas comunidades, familiares, da natureza e do espaço que ama (Homem cisgênero, 04/03/2002).

As múltiplas formas de violência que permeiam a vida da população LGBT+ no rural podem atuar para expulsá-la para a zona urbana, onde seria mais possível encontrar espaço para vivenciar suas identidades com reconhecimento social. Além disso, vale ressaltar que a precariedade da vivência LGBT+ é ainda mais intensa para as pessoas transexuais e não-binárias. Todos os dados colhidos indicaram que esse grupo vive em uma situação mais precária, estando em desvantagem nos diferentes aspectos da vida, como renda, trabalho, escolaridade, segurança alimentar e violência. Ao corporificar a desconformidade de gênero, os indivíduos transexuais e não-binários são ainda mais vítimas de preconceito e de agressão, que são antes práticas de desumanização de um grupo que supostamente está transgredindo a natureza e a sociedade.

Negar o reconhecimento da humanidade das pessoas trans provoca múltiplas consequências em suas vidas: são pouco aceitas pela família, muitas vezes não conseguem se manter na educação formal, têm sérias dificuldades de conseguir uma renda e um emprego melhor, estão mais vulneráveis a passar fome. Isso pode gerar um ciclo constante de desvantagens sociais, que limitam as possibilidades de melhorar as condições de vida e perpetuam as desigualdades sociais.

Vale apontar que a ideia de precariedade utilizada se refere a uma situação “politicamente induzida”, que abrange populações expostas a diversas formas de violência, incluindo a doméstica e a estatal, ao mesmo tempo que o Estado não consegue garantir proteção nem reparação a elas (Butler, 2019, p. 41). Os instrumentos de Estado, além de não conseguirem proteger a população rural LGBT+ da violência advinda de agentes públicos e privados, não reconhecem politicamente essa população, uma vez que ela é invisível para o conjunto das políticas públicas. Essa questão é ilustrada por um dos relatos feitos.

Sou ribeirinha do baixo São Francisco e aqui as pessoas LGBTQIA+ são levadas na brincadeira, há muito tabu entre a própria comunidade, no meio rural [ela] é silenciada. A assistência técnica não leva em conta esse público específico, também é um tabu. Há silenciamento, discriminação e solidão dessa população (Mulher cisgênero, 16/03/2002).

E não apenas as políticas de assistência técnica e extensão rural são indiferentes à questão da diversidade sexual e de gênero, mas essa é uma característica de todas as políticas voltadas para o desenvolvimento rural. Ou seja, as políticas que promovem o fortalecimento da produção rural, da agricultura familiar e da permanência no campo tratam a população LGBT+ como não um não-sujeito de direitos. De acordo com nossa pesquisa, considerando apenas as LGBT+ agricultoras, 48,6% das pessoas cis já acessaram a alguma política pública, mas representa somente 8,3% da amostra geral. E um menor acesso às pessoas trans, 31,2% das agricultoras já acessaram, o que representa só 2,3% da amostra geral.

Apesar da invisibilidade ser preponderante no rural, esse é também espaço de resistência e vivência da população LGBT+. Assim, quase 60% de nossa amostra participa da organização de alguma manifestação cultural, o que pode ser um momento tanto para obter reconhecimento junto à sua comunidade quanto para fortalecer sua identidade rural. Além disso, 47,3% das pessoas cis e 38,5% das pessoas trans participam de algum movimento social ou partido político, índices considerados altos se compararmos com a população em geral. Muitas vezes, a militância e a atuação em organizações coletivas é tanto uma forma de se colocar como um sujeito político, quanto um momento de sociabilidade e de desenvolver um sentimento de pertencimento. Esse elevado interesse pela organização política e pelos movimentos culturais pode ser uma forma de resistir à situação de precariedade e de violência cotidiana a qual essa população está submetida.

REFERÊNCIAS

- Adams, Noah. et al. (2017), "Guidance and Ethical Considerations for Undertaking Transgender Health Research and Institutional Review Boards Adjudicating this Research". *Transgender Health*, v. 2, n. 1, pp. 165–175. Disponível em: DOI: 10.1089/trgh.2017.0012
- Antunes, Pedro Paulo. (2010), *Travestis envelhecem?* Dissertação de Mestrado em Gerontologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Benevides, Bruna; Nogueira, Sayonara. (2021), *Dossiê: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo, Expressão Popular, ANTRA, IBTE.
- Brito, Murillo. (2016), "Introdução à amostragem", in Abdal, Alexandre et. al. (orgs.). *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo*. São Paulo, Sesc São Paulo/CEBRAP, pp. 32-51.
- Butler, Judith. (2012), *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 4. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. (2019), *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Gomes, Sávio. (2022), *Vulnerabilidade de pessoas transgênero à Insegurança Alimentar*. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.
- Lima, Márcia. (2016), "Introdução aos métodos quantitativos em Ciências Sociais", in Abdal, Alexandre et. al. (orgs.). *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo*. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016, pp. 10-31.
- Nascimento, Taiane; Costa, Benhur. (2015), "As vivências travestis e transexuais no espaço dos terreiros de cultos afro-brasileiros e de matriz africana". *Espaço e Cultura*, n. 38, pp. 181-204. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.12957/espacoecultura.2015.29075>
- Rubin, Gayle; Butler, Judith. (2003), "Tráfico sexual – entrevista". *Cadernos Pagu*, n. 21, pp. 157-209. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644617>.
- TAN, Kyle. et al. (2019), "Gender Minority Stress: A Critical Review". *Journal of Homosexuality*, v. 67, n. 10, pp. 1471-1489. Disponível em: DOI: 10.1080/00918369.2019.1591789
- TORINI, Danilo. (2016), "Questionários on-line", in Abdal, Alexandre et. al. (orgs.), *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo*. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, pp. 52-71.

PESQUISA SOBRE A POPULAÇÃO RURAL LGBT+ DO NORDESTE

Olá! Você está acessando o formulário de pesquisa sobre "As condições de vida da População Rural LGBT+ da região Nordeste". O objetivo da investigação é fazer uma análise quantitativa das condições de vida dessa população (educação, trabalho, renda, raça/etnia, acesso à tecnologia etc.), bem como das formas de preconceito e de discriminação sofridas por ela.

Ao participar da pesquisa você poderá contribuir para dar visibilidade a essa População e revelar suas condições de vida. A importância da pesquisa está justamente no fato de que existem pouquíssimos dados sobre a População Rural LGBT+, o que dificulta a identificação de possíveis situações de desigualdade e impede o desenvolvimento de ações políticas (públicas e privadas), que podem ser necessárias.

A pesquisa é desenvolvida pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte, em parceria com duas ONGs que trabalham com agricultura familiar e agroecologia, o Centro Agroecológico Sabiá (Pernambuco) e o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador/CETRA (Ceará).

Tempo aproximado para responder: 10 minutos.

(Nome dos integrantes da equipe e o contato)

Termo de Consentimento. A pesquisa é anônima e os dados serão divulgados sempre em conjunto, nunca individualmente. Mesmo assim, precisamos saber: você autoriza que os dados informados integrem os resultados finais da pesquisa e a publicação deles? E você está ciente sobre os objetivos da pesquisa e que sua participação nela é voluntária?

Sim, autorizo e estou ciente.

Não autorizo nem estou ciente.

1. Onde você vive hoje?*

- a) Na zona rural
- b) Na zona urbana

2. Em que Estado você reside atualmente?*

- a) Alagoas
- b) Bahia
- c) Ceará
- d) Maranhão
- e) Paraíba
- f) Pernambuco
- g) Piauí
- h) Rio Grande do Norte
- i) Sergipe
- j) OUTRO

DADOS GERAIS:

3. Município em que mora atualmente (escreva o nome completo do município).*

4. Comunidade, sítio ou assentamento em que vive, hoje.

5. Qual a sua Orientação Sexual?*

- a) Lésbica
- b) Gay
- c) Bissexual
- d) Pansexual
- e) Assexual
- f) Heterossexual
- g) Outro:

IDENTIDADE DE GÊNERO:

6. Sobre a sua Identidade de Gênero, você se identifica como:*

- a) Mulher Não-Transexual (Cisgênero)
- b) Homem Não-Transexual (Cisgênero)
- c) Mulher Transexual
- d) Homem Transexual
- e) Travesti
- f) Não-binário (não se identifica nem com o gênero feminino nem com o masculino).
- g) Outro:

OUTROS DADOS:

7. Que ano você nasceu? (ex: 1973, 1999, 2001, 2006 etc.)*

8. Qual sua cor ou "raça"? (Adotamos as categorias empregadas pelo IBGE).*

- a) Branca
- b) Parda
- c) Preta
- d) Indígena
- e) Amarela
- f) Outro:

9. Em relação ao seu Estado Civil, você é*

- a) Solteira/o
- b) Casada/o
- c) Em união estável
- d) Separada/o
- e) Viúva/o

10. Você tem filhos/as?*

- a) Sim
- b) Não

RELIGIÃO:

11. Qual a sua religião?*

- a) Sem religião
- b) Budismo
- c) Candomblé
- d) Católica
- e) Espírita
- f) Evangélica tradicional/histórica
- g) Evangélica pentecostal/neopentecostal
- h) Testemunha de Jeová
- i) Tradições Indígenas
- j) Umbanda
- k) Outro:

12. Qual a religião da sua família (a religião predominante)?*

- a) Sem religião
- b) Budismo
- c) Candomblé
- d) Católica
- e) Espírita
- f) Evangélica tradicional/histórica
- g) Evangélica pentecostal/neopentecostal
- h) Testemunha de Jeová
- i) Tradições Indígenas
- j) Umbanda
- k) Outro:

13. Você já foi alvo de preconceito e discriminação no espaço religioso (igreja, templo, evento etc.) pelo fato de você ser uma pessoa LGBT+?*

- a) Sim
- b) Não

SE VOCÊ JÁ SOFREU PRECONCEITO /DISCRIMINAÇÃO NO ESPAÇO RELIGIOSO:

14. Qual dessas agressões você já sofreu no espaço religioso (igreja, templo, evento etc.)? (Pode marcar mais de uma).*

- a) Ofensas verbais (xingamentos, piadas etc.).
- b) Violência física
- c) Humilhação em público
- d) Ameaças e perseguição
- e) Isolamento e discriminação
- f) Outro:

SAÚDE:

15. Você tem acesso à Unidade Básica de Saúde na comunidade/território onde você vive?*

- a) Sim
- b) Não

16. Você faz uso de preservativo durante uma relação sexual?*

- a) Sim, sempre.
- b) Sim, às vezes.
- c) Não uso.
- d) Não tenho prática sexual.

17. Você já teve ou tem alguma Doença Sexualmente Transmissível (DST)?*

- a) Sim
- b) Não

EDUCAÇÃO:

18. Qual o seu maior grau de escolaridade?*

- a) Não estudei
- b) Ensino Fundamental incompleto
- c) Ensino Fundamental completo
- d) Ensino Médio completo
- e) Ensino Técnico (Médio) completo
- f) Ensino Superior completo
- g) Pós-graduação completa

19. Atualmente, você está matriculada/o em alguma instituição de ensino (Escola, Faculdade, Instituto Federal, Universidade etc.)?*

- a) Sim
- b) Não

20. Você já foi alvo de preconceito e discriminação na Escola/Faculdade pelo fato de você ser uma pessoa LGBT+?*

- a) Sim, às vezes.
- b) Sim, constantemente.
- c) Não.

SE VOCÊ JÁ SENTIU/SOFREU PRECONCEITO NA ESCOLA /UNIVERSIDADE:

21. Qual dessas agressões você já sofreu na Escola/Universidade? (Pode marcar mais de uma).*

- a) Ofensas verbais (xingamentos, piadas etc.).
- b) Violência física
- c) Humilhação em público
- d) Ameaças e perseguição
- e) Isolamento e discriminação
- f) Outro:

22. Se você já sofreu preconceito na escola /universidade, por parte de quem você sofreu? (Pode marcar mais de uma alternativa).*

- a) Colegas
- b) Professores/as
- c) Diretor/a
- d) Funcionários/as

CULTURA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:

23. Na sua comunidade, é organizada alguma manifestação/festa cultural, como Carnaval, São João, Festa Padroeiro/a etc.??*

- a) Sim
- b) Não

24. Você participa da organização de alguma manifestação cultural, como Carnaval, São João, Festa Padroeiro/a etc.??*

- a) Sim
- b) Não

25. Em relação à sua orientação política, você se identifica como uma pessoa de*

- a) Centro
- b) Direita
- c) Esquerda
- d) Não sei ou não tenho

27. De qual movimento/partido você participa? (Pode marcar mais de um).*

- a) Movimento LGBTI+
- b) Movimento Sem-terra
- c) Movimento Agroecológico
- d) Movimento de Pequenos Agricultores
- e) Sindicalismo
- f) Movimento Feminista
- g) Movimento Negro
- h) Partido Político
- i) Movimento de Juventudes / Estudantil
- j) Outro:

TRABALHO E RENDA:

28. Qual a sua ocupação principal?*

- a) Agricultor/a
- b) Assalariado/a com registro
- c) Assalariado/a sem registro
- d) Diarista
- e) Comerciante
- f) Empresário/a
- g) Estudante
- h) Estagiário/a, aprendiz ou bolsista
- i) Funcionário/a público/a
- j) Trabalhador/a do sexo
- k) Outro:

29. A terra onde trabalha é:*

- a) Própria
- b) Do pai/da mãe
- c) Arrendada
- d) Assentado
- e) Posseiro
- f) Outro:

30. Você já acessou alguma política pública para agricultura familiar?*

- a) Sim
- b) Não

SE VOCÊ JÁ ACESSOU ALGUMA POLÍTICA PARA AGRICULTURA FAMILIAR:

31. Qual dessas políticas públicas você já acessou? (Pode marcar mais de uma).*

- a) Assistência técnica
- b) Cisterna
- c) Crédito fundiário
- d) Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- e) Reforma agrária
- f) Seguro Safra
- g) Outro:

RENDA E TRABALHO:

32. Atualmente, você exerce algum trabalho remunerado?*

- a) Sim
- b) Não

33. Qual a sua renda INDIVIDUAL mensal? (Considerando o valor do Salário Mínimo de R\$ 1.100,00).*

- a) Sem renda

- b) Até 1/2 salário mínimo
- c) Até 1 salário mínimo
- d) De 1 a 2 salários mínimos
- e) De 2 a 5 salários mínimos
- f) De 5 a 10 salários mínimos
- g) Mais de 10 salários mínimos

34. Qual a origem de sua renda?*

- a) Salário
- b) Venda de serviços
- c) Venda da produção agropecuária
- d) Comércio
- e) Aposentadoria
- f) Bolsa-Família
- g) Outro:

ACESSO AO TRABALHO

35. Você sente que o fato de você ser uma pessoa LGBT+ dificulta o seu acesso ao trabalho, dificulta na hora de conseguir um emprego?*

- a) Sim
- b) Não

36. Você já sofreu preconceito durante o trabalho por ser uma pessoa LGBT+?*

- a) Sim
- b) Não
- c) Nunca trabalhei.

37. Qual dessas agressões você já sofreu durante o trabalho? (Pode marcar mais de uma).*

- a) Violência física
- b) Ofensas verbais (xingamentos, piadas etc.).
- c) Humilhação em público
- d) Ameaças e perseguição
- e) Isolamento e discriminação
- f) Outro:

FAMÍLIA

38. Qual a renda da sua FAMÍLIA? (Soma total dos rendimentos dos membros da família. Considere o valor do Salário Mínimo de R\$ 1.100,00).*

- a) Sem renda
- b) Até 1/2 salário mínimo
- c) Até 1 salário mínimo
- d) De 1 a 2 salários mínimos
- e) De 2 a 5 salários mínimos
- f) De 5 a 10 salários mínimos
- g) Mais de 10 salários mínimos

39. Incluindo você, quantas pessoas dependem dessa renda?*

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5
- f) 6
- g) 7
- h) 8 ou mais

40. Com quem você vive/mora?*

- a) Familiares
- b) Amigos/as, colegas
- c) Cônjuge
- d) Ninguém

41. Em relação a sua família, você já se assumiu como uma pessoa LGBT+?*

- a) Sim, minha família sabe
- b) Sim, só uma parte que sabe
- c) Não, minha família não sabe

42. Já sofreu preconceito/violência de algum membro de sua família?*

- a) Sim
- b) Não

SE VOCÊ JÁ SENTIU/SOFREU PRECONCEITO NA FAMÍLIA:

43. Qual dessas agressões você já sofreu na família? (Pode marcar mais de uma).*

- a) Expulsão de casa
- b) Violência física
- c) Ofensas verbais (xingamentos, piadas etc.).
- d) Humilhação em público
- e) Ameaças e perseguição
- f) Isolamento e discriminação
- g) Outro:

ACESSO À ALIMENTAÇÃO, ÁGUA E TECNOLOGIAS:

44. Você já ficou sem dinheiro para comprar comida e por isso passou fome?*

- a) Sim
- b) Não

45. Nos últimos 6 meses, alguma vez você comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?*

- a) Sim
- b) Não

46. Nos últimos 6 meses, você ficou sem dinheiro para ter uma Alimentação Saudável e Variada?*

- a) Sim
- b) Não

47. Nos últimos 6 meses, a Comida acabou antes de você ter dinheiro para comprar mais?*

- a) Sim
- b) Não

48. Onde você acessa a internet no seu cotidiano?*

- a) Não acesso a internet no meu dia-a-dia
- b) Em casa
- c) Na escola/universidade
- d) Quando se desloca para a cidade
- e) Na associação comunitária
- f) Outro:

49. Qual é a principal tecnologia pela qual você acessa a internet no dia-a-dia?*

- a) Celular
- b) Computador (de mesa, Notebook)
- c) Televisão
- d) Tablet
- e) Não acesso a internet no dia-a-dia.

50. A casa onde reside tem abastecimento próprio de água?*

- a) Sim
- b) Não

51. Onde você mora tem qual tipo de abastecimento de água?*

- a) Água encanada do sistema público de abastecimento
- b) Poço ou cacimbão
- c) Cisterna
- d) Barragem ou açude
- e) Rio
- f) Outro:

COMUNIDADE ONDE VIVE:

52. Como você classifica a aceitação da Comunidade onde você vive em relação às pessoas LGBT+?*

- a) Aceita completamente
- b) Aceita, desde que as pessoas não se assumam publicamente
- c) Ignora e finge que não sabe
- d) Não aceita

53. Para você, onde a LGBTfobia/homofobia está mais presente?*

- a) Família
- b) Comunidade onde mora (vizinhos e outros)
- c) Igreja
- d) Escola/universidade
- e) No Trabalho
- f) Em hospitais e postos de saúde
- g) Na Prefeitura/instituições governamentais
- h) Comércio e bares
- i) Futebol e esportes
- j) Outro:

54. Se quiser, relate alguma situação ou escreva sobre sua vivência como pessoa LGBT+ que vive no meio Rural.

Muito obrigado por sua participação e contribuição!
Caso tenha alguma dúvida, entre em contato conosco

EXPEDIENTE

Equipe da pesquisa

Pesquisadores:

Rafael Dias Toitio (Coordenador da pesquisa)

Doutor em Ciências Sociais (Unicamp) e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Elias dos Santos Batista

Mestre em Educação Física (UFRN) e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Gabriel Campelo Barros

Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (UFFS) e doutorando em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa.

Alexandre Henrique Bezerra Pires

Biólogo, Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local e Diretor de Combate à Desertificação, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

Romerito Campos de Andrade

Doutor em Ciência da Computação (UFRN) e Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Estagiários:

Adriano Ferreira Lima (Centro Agroecológico Sabiá).

Natália Alves Reges (IFRN)

Texto:

Rafael Dias Toitio (Coordenador da pesquisa)

Gabriel Campelo Barros

Edição e Revisão:

Rosa Sampaio

DRT 3510/PE

Ilustração e diagramação:

Júlia Alencar

1ª edição

Publicação digital (2024): PDF

Instituto Federal Rio Grande do Norte

Centro de Desenvolvimento Agroecológico

SABIÁ

Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria

ao Trabalhador e à Trabalhadora -

CETRA





INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Rio Grande do Norte



CENTRO DE DESENVOLVIMENTO
AGROECOLÓGICO

CETRA

